

MATEUS GUSTAVO COELHO

**GÊNEROS DESVIANTES:
O CONCEITO DE GÊNERO EM JUDITH BUTLER**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Filosofia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Filosofia.
Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria de
Lourdes Alves Borges

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Coelho, Mateus Gustavo
Gêneros desviantes : O conceito de gênero em
Judith Butler / Mateus Gustavo Coelho ; orientador,
Maria de Lourdes Alves Borges , 2018.
101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

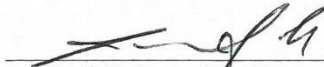
1. Filosofia. 2. Judith Butler. 3. Feminismo .
4. Gênero . 5. Pós-estruturalismo. I. , Maria de
Lourdes Alves Borges. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Filosofia. III. Título.

Mateus Gustavo Coelho

**“GÊNEROS DESVIANTES:
O CONCEITO DE GÊNERO EM JUDITH BUTLER”**

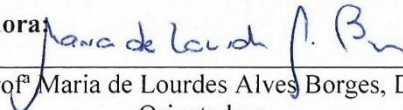
Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Filosofia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.



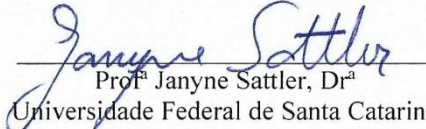
Prof. Roberto Wu, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

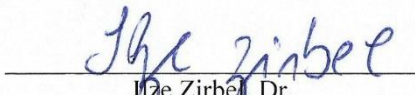


Profª Maria de Lourdes Alves Borges, Drª
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Profª Janyne Sattler, Drª
Universidade Federal de Santa Catarina



Ilze Zirbel, Dr.
Doutora em Filosofia

Para todos aqueles de vidas precárias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a minha orientadora, Maria de Lourdes Alves Borges, por ter me apoiado e acreditado em meu trabalho. Agradeço também aos membros da banca: Ilze Zirbel, por todo carinho e cuidado, por sua maneira doce de falar e de como me mostrou que podemos trazer nossa pesquisa acadêmica para uma prática vivida; Janyne Sattler, pelo tempo dedicado ao meu trabalho, por sua correção minuciosa, por seus sorrisos e abraços que tantas vezes me confortaram. Não posso deixar de agradecer aos meus amigos por sempre estarem ao meu lado, principalmente agradeço a Bruna Medeiros, por segurar a minha mão e sempre estar comigo. Agradeço meu mais que amigo André Nadolny por sempre estar presente com um sorriso e um cerveja gelada para os momentos mais difíceis. Agradeço minha família pelo apoio e suporte. À CAPES pelo fomento e ao PPGFil por ter acrescentado tanto em minha formação acadêmica e como sujeito.

“Sobreviver é a nossa maior resistência.”
(FRANCO, Marielle)

RESUMO

O presente trabalho, intitulado *Gêneros Desviantes: O conceito de gênero em Judith Butler*, pretende analisar a obra da filósofa norte americana Judith Butler e de como esta se tornou um marco dentro dos estudos de gênero. Partindo de sua obra mais influente, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* de 1990, buscamos aqui perceber a evolução do conceito de gênero criado por Butler e de sua teoria baseada na performatividade. Em um primeiro momento, Butler repensa a construção da categoria de “mulher” dentro das teorias feministas, indo contra a ideia de “mulher” como essência, mas sim, de uma pluralidade de indivíduos que se enquadram no “ser mulher”. Ao colocarmos todas as mulheres em um único conceito identitário excluímos todas as outras possibilidades de construção do sujeito. Para Butler, a construção de gênero não seria um fator identitário, mas muito mais um ato performativo, assim podemos performar diferentes gêneros em situações distintas. Butler vê a própria construção de gênero como um problema a ser refletido, segundo ela a distinção entre sexo como natural e gênero como construção cultural não engloba todas as possibilidades do gênero, pois para a construção da categoria gênero o sexo seria fator primordial. Para Butler, o gênero tem papel fundamental na nossa construção como sujeitos e da forma de como nos inserimos no campo da política. Assim, buscamos entender como o conceito de gênero se desenvolve dentro da obra da filósofa e de como as normas sociais atuam e regulamentam a construção de nossos gêneros, criando aqueles que são aceitos e outros que são considerados “abjetos”, abrindo ou excluindo possibilidades dentro da vida política.

Palavras-chave: Judith Butler. Feminismo. Gênero. Pós-estruturalismo.

ABSTRACT

The present work titled *Deviant Genders: The concept of gender in Judith Butler*, aims to analyze the work of American philosopher Judith Butler and how it has become a landmark in gender studies. Based on her most influential work, *Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity* (1990), we sought here to understand the evolution of the concept of gender created by Butler and her theory based on performativity. At first, Butler rethinks the construction of the category of "woman" inside feminist theories, going against the idea of "woman" as the essence, but rather of a plurality of individuals who fit into "being a woman". By placing all women in a single identity concept, we exclude all other possibilities of constructing the subject. For Butler, the construction of gender would not be an identity factor, but much more a performative act, so we can perform different genders in different situations. Butler sees the construction of gender as a problem to be reflected, according to her the distinction between sex as natural and gender as cultural construction does not encompass all the possibilities of the gender, because for the construction of the category gender, sex would be a prime factor. For Butler, gender has a fundamental role in our construction as subjects and in the way we enter the political field. Therefore, we seek to understand how the concept of gender develops within the work of the philosopher and how social norms act and regulate the construction of our genders, creating those who are accepted and others who are considered "abject", opening or excluding possibilities inside of political life.

Keywords: Judith Butler. Feminism. Gender. Post-structuralism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	OS SUJEITOS DO GÊNERO	21
3	O FEMINISMO E O PÓS-MODERNISMO	35
4	(DES) FAZENDO GÊNERO	45
4.1	REGULAÇÕES DE GÊNERO	45
4.2	(DES) DIAGNOSTICANDO GÊNEROS	49
5	A CONSTRUÇÃO DO “GÊNERO”	59
5.1	PERFORMATIVIDADE, PRECARIIDADE E POLÍTICAS SEXUAIS	62
5.2	A MÁGICA SOCIAL DA PERFORMATIVIDADE: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM A OBRA DE BOURDIEU	68
6	CONTEXTUALIZANDO A OBRA DE BUTLER	75
6.1	BOURDIEU E A DOMINAÇÃO MASCULINA	79
6.2	ATOS CORPORAIS SUBVERSIVOS	86
6.2.1	A corpo-política de Julia Kristeva	87
6.2.2	Foucault, Herculine e a política da descontinuidade sexual	89
6.2.3	Monique Wittig: desintegração corporal e sexo fictício...	91
7	CONCLUSÃO	97
	REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

O conceito de gênero cunhado por Judith Butler apoiado na teoria da performatividade é fundamental para a teoria feminista e um marco inicial para os estudos *queer*. Partindo da discussão teórica levantada por Judith Butler e ponto alto do seu livro mais célebre “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”¹ de 1990, este trabalho busca analisar o conceito de “gênero” demonstrando que este não deve ser encarado como um ponto estático amparado unicamente pela biologia. Para Butler, gênero é uma construção a partir da cultura não sendo algo que está acabado, estando constantemente em construção através do tempo, constituindo um fenômeno inconstante e contextual, desta forma gênero passa a ser visto como um ato performativo, ou seja, Butler se apropria do termo teatral para nos mostrar que gênero é um ato de improvisação e sendo um construto cultural depende da realidade que nos cerca. Assim, performamos diferentes gêneros em diferentes situações com a finalidade de nos enquadrarmos em ambientes sociais distintos. Butler não entende o gênero como um conceito isolado, por isto o trabalha sempre dentro de esferas relacionais com diversos outros aspectos de nossa formação como sujeitos inseridos no ambiente cultural. Falar de gênero exige então discorrer a respeito destas outras esferas, principalmente dos limites discursivos da formação dos sujeitos e, esta discussão, é sempre pautada no sujeito “feminino” pois este, por seu modelo, é o único que precisa de justificação já que o sujeito “masculino” é tido sempre como o “padrão”, a “norma”, o “universal”.

Partindo da leitura do primeiro livro do “Gender Trouble” e de outros artigos de Butler que discorrem a respeito de sua relação com o conceito de gênero e com os temas da pós-modernidade. Com o intuito de tornar a obra desta autora inteligível este trabalho busca estar muito

¹ Este livro teve sua primeira tradução para o português publicada pela Editora Civilização Brasileira no ano de 2003 com o título “Problemas de Gênero”. Consideramos que esta é uma das traduções possíveis para o “Gender Trouble” de Butler, mas que não englobaria toda a dimensão que o conceito trazido por Butler em inglês prognostica. Ao dizermos “problemas de gênero” parece que o problema está situado apenas em sua conceituação. Em textos mais recentes a autora, ao se referir a “gender trouble”, está citando diretamente sujeitos, aqueles que teriam seus gêneros como problemáticos. Assim, no nosso entender, “Gender Trouble” seria tanto os problemas encontrados na conceituação de gênero, como os sujeitos que desviam de um modelo pré-estabelecido como padrão para o gênero. Por este motivo, neste trabalho, ao nos referirmos ao livro de Butler usaremos seu título original em inglês.

próximo dos textos originais de Butler para se aproximar ainda mais dos conceitos por ela trabalhados. Como já citado anteriormente, este trabalho tem como objetivo principal discutir o conceito de “gênero” cunhado por Butler e a partir dele trabalhar sobre as questões colocadas na contemporaneidade em relação a este conceito a fim de entender a sua relevância em nossos atos cotidianos e sua importância dentro das teorias feministas.

Buscando traçar uma linha de como Butler constrói sua teoria, partimos de uma análise do primeiro capítulo do “Gender Trouble” para explicar como a construção da ideia de sujeito está intrinsicamente ligada ao conceito de gênero, no primeiro capítulo falaremos sobre a análise que a autora faz a respeito dos sujeitos do feminismo com a intenção de nos mostrar que ambos os conceitos de sexo e gênero partem de uma construção cultural e que são repetições de atos estilizados.

No segundo capítulo, partindo de um artigo escrito por Butler em 1990 que rebate à críticas feitas ao “Gender Trouble”, falaremos a respeito das questões pertinentes à pós-modernidade e de como a autora se coloca além destes discursos que, segundo ela, acabam levando a um vazio onde não haveria espaço para a representatividade dos sujeitos dentro do campo político. Butler coloca sua teoria principalmente dentro das esferas do pós-estruturalismo ao encarar que é próprio das estruturas sociais serem revistas e radicalmente repensadas principalmente no que se refere a nossas identidades enquanto sujeitos inseridos em um campo político. Para Butler, apesar de pensar conceitos como os de identidade e sujeito de uma forma crítica, estes ainda são fundamentais para que haja representação política.

Posteriormente, no terceiro capítulo, falaremos a respeito do “Undoing Gender”, livro publicado por Butler em 2004, onde ela mostra que gênero, como uma construção cultural, está constantemente aberto a revisões e que esta característica é própria do caráter radical desde conceito. Falaremos com mais atenção de dois artigos presentes neste livro, o primeiro que fala como o gênero é regulado e normalizado pelas regras sociais e o segundo que trata o gênero a partir dos discursos médicos, estes que viabilizam e normalizam certas normas de gênero enquanto patologizam outras.

Continuamos o texto analisando como o gênero se constrói como um ato performativo e de como a autora amplia a ideia de performatividade para o conceito de precariedade (2009), que segundo ela, englobaria um número maior de sujeitos os quais têm suas vidas precarizadas pelos mecanismos políticos do Estado. Em seguida, retornamos cronologicamente a um artigo publicado por Butler em 1998,

onde ela discorre sobre o conceito de performatividade, relacionando-o com o conceito de *habitus* cunhado por Bourdieu, colocando a ideia de performatividade de gênero como um processo mimético pelo qual apreendemos as normas sociais.

Por fim, para buscar uma melhor compreensão do leitor, buscamos contextualizar um pouco da obra de Butler. Apesar desta citar uma gama bastante extensa de autores buscamos aqui contextualizar quatro autores que são fundamentais para se compreender melhor as ideias colocadas pela autora. Partimos de Bourdieu e de como este faz uma análise sociológica para nos mostrar os mecanismos culturais que viabilizam a dominação masculina dentro das sociedades ocidentais. Após, retornamos ao último capítulo do *Gender Trouble* onde Butler se utiliza principalmente de três autores para exemplificar sua construção do conceito “gênero”. Começando com a teoria de Julia Kristeva, onde esta autora partindo da obra de Lacan, analisa o “Simbólico” dentro da lei paterna e de como o semiótico e a linguagem poética podem ser métodos subversivos a esta lei. O texto continua com uma análise de uma pequena introdução escrita por Foucault na publicação dos diários de Herculine Barbin que, segundo Butler, vai de encontro ao que Foucault coloca em sua “História da Sexualidade 1”, pois Herculine vai além dos discursos que limitam as categorias de sexo e gênero apenas aos discursos de poder. Finalmente, Butler analisa a obra da feminista francesa Monique Wittig e de como esta repensa sexo e gênero de maneira radical como construtos de um sistema linguístico que opera diretamente sobre nossos corpos.

2 OS SUJEITOS DO GÊNERO

Neste trabalho discorrerei a respeito da obra da filósofa norte americana Judith Butler e de como esta traçou novos caminhos para o entendimento do conceito de “gênero”. Butler é hoje um dos maiores nomes dentro dos estudos de gênero, teoria queer e crítica feminista. Apesar de seus trabalhos serem mais discutidos dentro das ciências sociais e estudos literários, ela teve praticamente toda sua trajetória acadêmica na filosofia na qual, em 1984, obteve seu Ph.D. na Yale University com a tese intitulada “Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France”. Em sua obra de maior repercussão “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity” de 1990, Butler coloca questões a respeito do feminismo e de como este via até então a construção dos sujeitos. Ao criticar o feminismo ela não busca abandonar suas teorias, mas sim, ampliar os limites do que já havia sido pensado.

Apesar do foco principal desta obra de Butler estar no conceito de “gênero”, para chegar a este ela traça todo um percurso partindo da crítica feminista a fim de discutir a construção dos sujeitos. Segundo Butler, o conceito de gênero está estritamente ligado a esta construção, pois nós só podemos nos construir como sujeitos sociais a partir de uma construção de gênero; não que gênero seja o fator mais importante desta construção, mas está entre os diversos fatores que nos constituem. Butler parte da concepção de que o gênero é organizado segundo uma divisão binária e, em um primeiro momento, ela busca demonstrar como funciona a construção do gênero feminino para assim poder demonstrar as contradições existentes no conceito.

Assim, neste capítulo, falaremos sobre o que Butler aborda no primeiro capítulo do Gender Trouble, onde começa investigando quem seriam os sujeitos do feminismo e como a construção da ideia de sujeito depende invariavelmente do modelo binário baseado em sexo/gênero. Desta maneira, Butler começa a traçar o seu conceito de gênero como algo além das estruturas e aberto à multiplicidade subversiva, para assim cunhar a ideia de gênero como um ato performativo.

Inicialmente, Butler questiona quem são os sujeitos do feminismo, ou seja, a quais sujeitos o movimento feminista² se refere, qual seria a

² Entende-se aqui movimento feminista como um movimento de diversas esferas. Butler, ao se referir ao feminismo, não está tratando apenas de sua vertente acadêmica ou de um movimento de rua, ela o trata como uma esfera ampla, o que abre sua teoria a críticas, pois hoje não tratamos mais o feminismo como um

identidade que abrigaria toda a categoria de mulheres e se de fato é possível tal identidade. A busca por representação política fez necessário o desenvolvimento de uma categoria única que unisse todas as mulheres, que desta maneira foram enquadradas em uma única forma de expressão do ser mulher³. Com o advento das teorias da pós-modernidade e pós-estruturalistas, conceitos como o de identidade e sujeito começaram a ser repensados; desta forma, “o próprio sujeito das mulheres começa a ser compreendido não mais em termos estáveis e permanentes” (BUTLER, 2015, p.20).

Segundo Foucault, os sistemas jurídicos de poder são responsáveis pela formação do sujeito; desta forma, os sujeitos regulados por estas estruturas são formados, definidos e reproduzidos segundo as suas exigências. Assim, se faz necessário pensar a respeito dos sujeitos do feminismo, pois estes sujeitos se constituem de maneira discursiva pelo próprio sistema político relativamente ao qual buscam sua emancipação, este mesmo sistema que produz a todos estes sujeitos de uma maneira masculina. Para Butler:

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não

movimento único, desta forma passamos a chamar de feminismos, pois existem diversas maneiras de se encarar este movimento.

³ Parece aqui, que Butler está levando em conta apenas a primeira onda do feminismo (sufragismo), na qual a luta pelo direito feminino ao voto figurava como uma forma de emancipação e de conquista de demais direitos civis. Nas palavras de Safiotti, a proposta fundamental desta onda era “ampliar o que se entende por democracia, tornando iguais perante a lei os crescentes contingentes humanos das sociedades competitivas. Nesta concepção, cabe reivindicar para as mulheres igualdade de direitos com relação aos homens” (1986, p. 107). A reivindicação ao voto se caracterizava como uma reivindicação à cidadania. Segundo Conceição Nogueira: “A emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado, e a reivindicação pela sua incorporação no estado moderno industrializado como cidadãos nos mesmos termos que os homens, foram as preocupações centrais deste período da história do feminismo. Podem-se considerar como principais causas (históricas, políticas e sociais) desencadeadoras do feminismo, a revolução Industrial, num primeiro momento, e as duas grandes guerras num segundo momento. As principais reivindicações desta vaga foram essencialmente pelo direito ao voto, pelo qual o movimento sufragista se caracterizou e pelo acesso ao estatuto de ‘sujeito jurídico’.” (2001, p.05)

“aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. (2015, p.19)

Perguntar por quem são os sujeitos do feminismo é fundamental para evitar que esta categoria caia sob os mesmos mecanismos que a constituem:

A crítica feminista também deve compreender como a categoria “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca emancipação. (BUTLER, 2015, p.20)

Ao colocarmos em questão os sujeitos do feminismo corremos o risco da impossibilidade de um sujeito jurídico, um sujeito que se situe perante a lei e que por ela seja salvaguardado. A formação de sujeitos se dá como uma derivação de um “antes”, ou seja, uma esfera ontológica que determina certas categorias e as pré-condiciona, desta maneira constituindo a legitimidade do contrato social. Além do problema da definição do sujeito, Butler vê um problema na formação política do feminismo, pois este supõe que o termo “mulheres” denote uma identidade comum, pensando todas as mulheres como pertencentes a uma única categoria de identidade. Mas seria possível algo que ligasse todas as mulheres em uma identidade comum?

Ou melhor, “existiriam traços comuns entre as ‘mulheres’, preexistentes à sua opressão, ou estariam as ‘mulheres’ ligadas em virtude somente de sua opressão?” (BUTLER, 2015, p.21). Ser de um determinado gênero não implica a totalidade da profundidade do sujeito, ou seja, se alguém é mulher, não significa que isto seja tudo o que este alguém é. Isto se dá por conta da forma como o “gênero” se constitui:

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2015, p.20)

Por sua constituição estar inserida nos mecanismos culturais seria impossível separar o conceito de “gênero” de suas bases relacionais.

O intento de Butler não é o de recusar a política representacional, pois isto seria tarefa impossível, já que para ela “as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; consequentemente, não há posição fora deste campo” (2015, p.23), mas sim em repensar as construções ontológicas da identidade. Para Butler, o sujeito do feminismo se encontra baseado em uma noção estável do conceito de gênero, e esta só encontra estabilidade e coerência dentro da matriz da heterossexualidade. Assim, se faz mister uma política feminista que tome a construção variável da identidade como pré-requisito, a fim de que a própria categoria de “mulheres” não se torne agente de exclusão. “Qual o sentido de estender a representação a sujeitos cuja constituição se dá mediante a exclusão daqueles que não se conformam às exigências normativas não explicitadas do sujeito?” (2015, p.25). A representação ser o único foco da política é visto como um problema para Butler, pois a identidade do sujeito feminista não deve se constituir como o fundamento da política feminista, devido ao fato de que a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. A partir dessa reflexão, Butler apresenta uma das suas teses mais inovadoras e controversas: a de que o sujeito do feminismo parte da premissa de que há uma distinção entre sexo e gênero (uma distinção que, para ela, é problemática). A formação destes sujeitos parte da premissa de que a distinção entre sexo e gênero se dá a partir de uma divisão estável.

O termo “gênero” deriva da palavra latina *genus* e esta pode ser traduzida para o português como: “raça”, “tipo”, “variedade”. Este conceito teve seu uso restrito aos estudos da gramática até meados de 1970 quando o psicólogo neozelandês John Willian Money, em seu trabalho intitulado “Man & Woman, Boy & Girl” faz uso do termo dando a ele características muito próximas ao uso que fazemos contemporaneamente, atribuindo ao gênero as características culturais relativas ao sexo. A partir desta divisão, em 1975 a antropóloga norte americana Gale Rubin publica um artigo intitulado “The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex”; neste artigo, ela discute o tráfico de mulheres que, segundo ela, é fruto do sistema de divisão “sexo/gênero”. Gênero seria, em seu trabalho, derivado das relações econômicas de nossa sociedade “o conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e na qual estas necessidades sexuais transformadas são

satisfeitas.⁴” (RUBIN, 1990, p.34). Rubin, em sua análise, parte da divisão entre a esfera da natureza (a fêmea) e da cultura (a mulher domesticada) e desta maneira ela entende o sexo como matéria-prima que é transformada em produto (este seria o atributo cultural, ou seja, o gênero). Mas ao entender sexo como uma matéria-prima, Rubin isenta-o de questionamentos a respeito do seu caráter de ser construído sócio-culturalmente, assim, o sexo seria protegido por seu caráter natural relegando ao gênero a abertura do devir histórico. Como uma categoria protegida pelo signo da natureza, o sexo estaria fechado a qualquer mudança ou análise, pois este já é dado como categoria imanente. O trabalho de Rubin foi fundamental para a tradição dos estudos feministas e de gênero e é dele que parte a maioria das discussões a respeito do conceito de gênero, inclusive a discussão traçada por Butler. No entanto, o que Butler percebe é que esta distinção não está fundada em solo tão firme quanto o pressuposto anterior a ela. Em suas palavras:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (BUTLER, 2015, p.26)

A multiplicidade do conceito de gênero geraria então a impossibilidade da unidade do sujeito já que gênero abre espaço a múltiplas interpretações na esfera do sexo.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 2015, p.26)

⁴ “is the set of arrangements by which a society transforms biological sexuality into products of human activity, and in which these transformed sexual needs are satisfied.”

É desta descontinuidade que surge o problema na distinção entre as categorias de sexo/gênero, pois se partimos de uma concepção binária não necessariamente a construção do que temos como “homens” derivaria exclusivamente de corpos masculinos e, em seu contrário, o termo “mulheres” não se aplicaria apenas em inscrições em corpos femininos. Assim, “não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (2015, p.26), já que gênero não é um reflexo direto do sexo ou por ele é restrito.

Nesta visão, o gênero se tornaria um “artifício flutuante” detentor por sua própria condição de todas as transformações históricas. Como categoria mutável seria a única que potencialmente poderia ser aberta a discussões, enquanto o sexo ficaria permanentemente estável criando a impossibilidade de sua contestação. Mas o que de fato é o “sexo”? Butler se pergunta se este sexo possuiria uma história.

O discurso comum que trata o sexo como natural parte das distinções anatômicas, cromossômicas e hormonais, mas este discurso pretensamente científico não estaria a serviço de interesses políticos e sociais? Segundo Butler:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula.(...) O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (BUTLER, 2015, p.27)

Chegamos a um ponto em que a categoria do “sexo” se torna passível e aberta à discussão, mas isto não nos dá nenhuma explicação de como esta categoria nos é dada nem tampouco de como se dá a construção de gênero. Podemos tomar o gênero como um atributo passível (ou não) de se possuir? Existe a possibilidade de perguntarmos a alguém “qual é o

seu gênero”? Ao afirmarmos que gênero é uma construção cultural não necessariamente dizemos de que maneira esta construção se dá. Poderia existir alguma forma de determinismo social por detrás da categoria gênero? Dentro desta concepção binária da distinção entre sexo/gênero compreende-se que esta sugere um certo determinismo na construção de gênero, como se gênero fosse algo “inscrito em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (BUTLER, 2015, p.28), fazendo com que gênero se torne algo tão fixo quando o sexo, desta forma não seria mais a biologia o ambiente condicionante, mas sim a cultura tornar-se-ia o destino.

Para exemplificar a mudança de paradigma em que a cultura toma o papel da biologia como destino, Butler usa como base “O Segundo Sexo”, obra de Simone de Beauvoir de 1949, na qual esta coloca em questão todo um aparato cultural de construção do sujeito, deixando de lado o determinismo biológico e o desígnio divino, construindo uma nova visão do que é ser mulher na sociedade. Segundo ela, este ser mulher dentro da sociedade parte de um processo de “tornar-se mulher” e, este parte tanto do interior quanto do exterior do sujeito, como aponta Butler (1990, p.01): “Não só estamos construídos culturalmente, mas sim, em certo sentido nos construímos a nós mesmos.⁵”. Assim, Beauvoir distingue sexo de gênero, sendo sexo o pressuposto biológico do ser, enquanto gênero seria a construção cultural do sujeito. Conforme explica Butler (1986.p.35): “A formulação de Simone de Beauvoir distingue sexo de gênero e sugere que o gênero é um aspecto da identidade gradualmente adquirido⁶”. Assim, não há uma “natureza feminina” ou uma “natureza masculina” que sejam imutáveis, sendo os papéis sexuais construídos culturalmente.

Butler percebe que apesar do teor inovador da obra de Beauvoir, a construção dos sujeitos para esta ainda estava estritamente ligada ao sexo. Assim, o problema posto por Butler sobre a obra de Beauvoir de que a natureza seria destino invariável para a construção dos sujeitos apenas mudaria de foco, sendo a natureza somente substituída pelo aparato cultural.

⁵ “No sólo estamos construídos culturalmente, sino que en cierto sentido nos construímos a nosotros mismos.”

⁶ “Simone de Beauvoir's formulation distinguishes sex from gender and suggests that gender is an aspect of identity gradually acquired.”

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (1967, p.09)

A célebre frase de Beauvoir implicaria invariavelmente em que, ao se nascer do sexo feminino, haveria uma única forma de se constituir e esta seria a de se tornar “mulher”; a afirmação de que alguém “se torna” está inscrita em um modelo em que há “uma compulsão cultural a fazê-lo” (2015, p.29). Mas esta compulsão não necessariamente estaria presa ao sexo, assim não podemos afirmar que o sujeito que se torna mulher seja do sexo biológico feminino. Mas se os limites do gênero não se encontram na categoria do sexo, onde estariam estes limites? Será que o determinismo cultural poderia dar conta da multiplicidade do gênero? O gênero é um mecanismo discursivo que só pode ser dado dentro dos próprios limites discursivos da cultura, mas “isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada” (2015, p.30). Estes limites estão sempre inseridos em um discurso cultural hegemônico baseado em estruturas binárias, o que limita novamente o gênero às fronteiras do binarismo.

Em um primeiro momento, a busca de Butler se dá por compreender as bases para a formação dos sujeitos, mais especificamente para a formação dos sujeitos do feminismo, ou seja, aqueles em que no seio de nossa sociedade chamamos de “mulheres”, para isto, ela faz uma análise do trabalho da filósofa Luce Irigaray. A teoria de Irigaray se baseia na questão do capital e da mercadoria de Marx para demonstrar que as mulheres recebem valores como mercadorias sendo produtos de troca entre os homens. Segundo Irigaray, a mulher é reduzida ao seu valor de troca e seu valor físico desaparece; o valor de troca é definido pela sociedade, enquanto o valor físico é determinado pela própria natureza criando assim uma cisão entre natureza e sociedade. Estes valores acabam criando três padrões pré-estabelecidos de comportamento feminino: o da mãe, o da virgem e o da prostituta. Em sua obra “*Speculum of the other woman*” Irigaray defende que existe um cerne masculino que perpassa a história da filosofia, este sendo a própria tradição filosófica. Irigaray propõe que a linguagem feminina deve se basear na diferença, não precisando pressupor as distinções masculinas, sendo assim uma filosofia de múltiplos que se unem em um “universal particular”; para isto, ela

sugere uma visão “labial” da diferença afirmando que os dois lábios da vagina são nem um, nem dois, mas duas partes de uma mesma coisa, mantendo assim a mulher em contato consigo mesma.

Butler retoma Irigaray em seu modelo baseado em Beauvoir da constituição da mulher como “outro”; assim a identidade dos sujeitos femininos seria impossibilitada por ser constituída de um paradoxo, nas palavras de Butler:

Luce Irigaray argumenta que as mulheres constituem um paradoxo, se não uma contradição, no seio do próprio discurso de identidade. As mulheres são o “sexo” que não é “uno”. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar. (BUTLER, 2015, p.31)

Desta maneira, ser aquele que não é “uno” implica no espaço vazio do não ser ou, pelo menos, a impossibilidade da existência nas esferas linguísticas o que, segundo Irigaray, abriria infinitas possibilidades de existência para os sujeitos do feminismo. A impossibilidade da existência não implica uma não existência, mas sim em um esgarçamento das possibilidades de se existir diante da lei. Ao contrário de Beauvoir, Irigaray defende que o sexo feminino não é um “Outro” ou se caracteriza como uma “falta”, pois o sexo feminino se furta das próprias exigências da representação. Mas como podem se dar as relações entre os sexos masculino e feminino em um contexto em que o masculino sempre é tido como significante e significado? Para Butler, Beauvoir antecipou essa impossibilidade em “O Segundo Sexo”: “ao argumentar que os homens não podiam resolver a questão das mulheres porque, nesse caso, estariam agindo como juízes e como partes interessadas.” (2015, p.33)

No primeiro volume da principal obra de Beauvoir “O Segundo Sexo: Fatos e Mitos” vemos como, a partir da história, o homem construiu seu papel de dominante deixando o papel de “Outro” dominado para a mulher, em suas palavras:

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil

manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. (BEAUVOIR, 1970, p.179)

É a partir de uma construção simbólica tomada de valores masculinos que a mulher se constrói culturalmente como sujeito partindo de mitos sobre sua inferioridade. Ao relegar às mulheres o papel de “Outro”, Beauvoir atribui aos homens o papel de sujeitos universalizantes, ou seja, seriam os sujeitos masculinos a única possibilidade de construção do sujeito. O que tanto Butler e Irigaray percebem é que existem falhas nesta concepção de Beauvoir, ou melhor, que esta concepção abre para novas possibilidades a formação identitária dos sujeitos. Segundo Butler, o sujeito masculino é abstrato, pois este rejeita seu corpo projetando a corporificação na esfera do feminino, assim, o corpo seria efetivamente feminino:

Essa associação do corpo com o feminino funciona por relações mágicas de reciprocidade, mediante as quais o sexo feminino se torna restrito a seu corpo, e o corpo masculino, plenamente renegado, torna-se, paradoxalmente, o instrumento incorpóreo de uma liberdade ostensivamente radical. (BUTLER, 2015, p.35)

Definir os sujeitos do feminismo é fundamental para a crítica feminista, mas esta deve se manter autocrítica em relação aos gestos totalizantes do próprio feminismo. O processo de submeter todas as mulheres a uma categoria também se aplica em seu contrário, ao totalizar-se a categoria de homens, ou seja, a categoria de opressão, corremos o risco de cairmos na mesma estratégia do opressor ao invés de abrirmos o discurso a novas possibilidades. As categorias de sexo e de gênero são insuficientes para contemplar a gama de atributos sociais que fazem parte da construção dos sujeitos. Diversos outros fatores são fundamentais para nossa construção como seres humanos, entre estes: raça, morfologia, etnia, classe, sexo, etc.; este modelo Butler chama de “modelo dialógico”, ou, mais comumente conhecido, como “interseccional”. Mas, segundo Butler: “seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de ‘mulheres’ que apenas necessitasse ser preenchida com vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa” (2015, p.40), ou seja, gênero não é uma categoria que necessita buscar sua completude em outras, mas ao mesmo tempo, sozinha, não consegue dar conta de todas as demandas na formação dos sujeitos.

A própria incompletude na definição do conceito de gênero é o que traz à tona o seu caráter radical, pois está nesta incompletude a possibilidade de tornar-se um ideal normativo livre de qualquer força coercitiva. Assim, gênero não necessita de uma “unidade” para se constituir, podendo estar aberto a “unidades provisórias” que não tenham seu foco voltado à identidade. Nas palavras de Butler: “O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (2015, p.42). Permitindo ao gênero múltiplas convergências e divergências “sem obediência a um *telos* normativo e definido” (2015, p.42).

A busca por uma identidade comum para as mulheres se apresenta como um ponto problemático, pois o conceito de identidade se abre para sua própria contestação: “o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas?” (2015, p.42). Até que ponto identidade é um “ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência?” (2015, p.43); segundo Butler, o conceito de identidade não está apoiado em suas características lógicas ou analíticas, mas sim em normas de inteligibilidade socialmente construídas e mantidas. A identidade está intimamente ligado ao gênero, pois de forma comum liga-se o gênero a uma pretensa “identidade de gênero”, ou seja, a busca por uma definição do conceito de gênero se dá como uma busca por uma identidade e não pela abertura que o próprio conceito dá aos limites da identidade, desta forma, as mesmas práticas reguladoras que governam o gênero também governam a noção culturalmente construída de identidade. Assim, sexo e gênero dão suporte estabilizador à noção de identidade, sendo este gênero “inteligível”, ou seja, um gênero que mantém coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Segundo Butler, o que Foucault coloca como uma “verdade” do sexo é o que gera uma matriz de normas de gênero coerentes; esta só pode se dar dentro de uma heterossexualização do desejo com as oposições discriminadas e assimétricas entre o “masculino” e o “feminino”.

A noção normativa do sexo só pode existir dentro do conceito de *substância*, ou seja, só pode existir dentro da noção de identidade sendo idêntico a si mesmo. Mas esta identidade só pode se realizar “mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que ‘ser’ um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível.” (2015, p.46). Segundo Butler, enquanto sexo estiver ligado estritamente à noção de substância este criará uma relação binária artificial entre os sexos, sendo a sua própria coerência também artificial, em suas palavras: “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva

de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (2015, p.47).

O que Butler busca mostrar aqui é que um gênero que decorre diretamente de um sexo só pode existir dentro das unidades linguísticas, nas palavras de Wittig: “O gênero é o índice linguístico da oposição política entre os sexos”. (WITTIG apud BUTLER, 2015, p.48). Desta forma, a noção de que sexo como algo substancial só se pode dar dentro das estruturas da linguagem. Butler cita o trabalho de Michel Haar em sua crítica à *metafísica da substância*; segundo ele, conceitos como o de “Ser” e “Substância” se dão “pela crença em que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (2015, p.49). Assim, o conceito de identidade é construído sobre bases artificiais, mas sem nunca revelar a ordem verdadeira das coisas, em suas palavras: “O sujeito, o eu, o indivíduo, são apenas conceitos falsos, visto que transformaram em substâncias fictícias unidades que inicialmente só tem realidade linguística.” (HAAR apud BUTLER, 2015, p.50). Desta maneira, sendo o gênero um construto que só existe dentro das esferas da linguagem, isto abriria a possibilidade para pensarmos, por exemplo, em um “homem” com atributos masculinos, mas também não haveria contradição em pensarmos este “homem” com alguns atributos femininos sem que isto interferisse na integridade de seu gênero.

Haveria então a possibilidade da existência concreta do gênero para além das barreiras da linguagem? Segundo Butler, as estruturas binárias de gênero que tem suas bases dentro da matriz heterossexual só podem existir dentro dos limites da linguagem como ficções que adquirem papel de verdade por meio dos próprios jogos da linguagem, mas isto não quer dizer que estas não interferem na realidade. O jogo ficcional do gênero interfere diretamente nos sujeitos, estes que incorporam o gênero e que a partir de atos performativos trazem o gênero à tona dentro do campo político, desta maneira, a performance de gênero é limitada pelo discurso político, mas, ao mesmo tempo, é a sua performatividade que abre o campo político ao gênero. “O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero.” (2015, p.56). Assim, a performance de gênero não se dá como atos ilimitados, pois esta só pode se dar dentro dos limites culturais. O gênero não é algo que está acabado, estando constantemente em construção através do tempo, sendo assim um fenômeno inconstante e contextual. Assim: “O gênero não deve ser constituído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual

decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*.” (BUTLER, 2015, p.242). Gênero é uma atividade incessante realizada sem se estar sabendo e sem nossa vontade, mas, mesmo assim, não de forma automática ou mecânica. Não se produz sozinho, sendo sempre “feito” com ou para o outro, mesmo que este outro seja imaginário. Sendo composto de termos que estão fora de si mesmo, em uma sociabilidade que não possui um único autor e que, segundo Butler, “contesta radicalmente a própria noção de autoria”.

3 O FEMINISMO E O PÓS-MODERNISMO

Ao responder a algumas críticas recebidas por conta da sua ideia de construção do sujeito baseada no princípio de identidade presente no “Gender Trouble”, Butler escreve um artigo no mesmo ano (1990) intitulado “Contingent Foundations: Feminism and the Question of ‘Postmodernism’”, onde ela faz uma análise a respeito do pós-modernismo e do espaço vazio deixado pela ideia de “morte do sujeito”. Segundo ela, sua teoria não se enquadraria dentro do que é tido como “pós-modernismo”, pois apesar das críticas que faz em relação à construção do sujeito Butler percebe a necessidade deste conceito para a política.

Em um primeiro momento se faz necessário perguntar o que caracteriza o que é tido como “pós-modernidade”. A pós-modernidade é o estado econômico, sociocultural e estético advindo do fim da modernidade. Não existe um consenso sobre quando termina o período denominado “modernidade” e a “pós-modernidade” passa a imperar. Algumas escolas de pensamento afirmam que a modernidade acaba no fim do século XX (principalmente após a queda do Muro de Berlim), outras com o fim da Segunda Grande Guerra, outras afirmam que a pós-modernidade se dá com o fim da Era Vitoriana e alguns autores não concordam com o fim da era moderna, mas acreditam que esta sofreu mudanças como, por exemplo, a “modernidade líquida” expressa por Zygmunt Bauman como uma forma póstuma à modernidade e a “hipermodernidade” de Gilles Lipovetsky que afirma que ainda vivemos em uma “modernidade” com certas características acentuadas. O termo “pós-moderno” foi utilizado pela primeira vez em 1880 por John Watkins Chapman para descrever a pintura impressionista francesa, após isto teve grande uso nas artes, principalmente na arquitetura, nas ciências sociais e filosofia. Os principais autores do pensamento pós-moderno são Jean-François Lyotard e Jean Baudrillard. A obra de Lyotard se caracteriza pelo o que ele chama de crise nos discursos das ciências humanas assim, de forma simplificada, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos⁷ e suas pretensões atemporais e universalizantes,

⁷ A ideia de metanarrativa proposta por Lyotard parte de que os metarrelatos são tomados como discursos totalizantes, nos quais se assume a compreensão de fatos científicos, históricos, religiosos e sociais de forma absoluta pretendendo dar resposta e solução a qualquer forma de contingência. Um dos principais metarrelatos advindo da modernidade é a ideia de universalidade mantida pela garantia da racionalidade. É desta ideia de universalidade que parte uma das

nas palavras de Lyotard: “A função narrativa perde seus atores (functeurs), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*.” (2009, p.16). Para Butler, foi Lyotard quem cunhou o termo “pós-modernidade”, mas seu trabalho não é responsável por este “espaço vazio” deixado como consequência.

Questões como: “e se o discurso é só o que existe...”; “tudo está inserido no campo do discurso...”; “e se o sujeito está morto...”; ou “e se os corpos reais não existem...”, são pontos característicos do pós-modernismo. Segundo Butler, estas questões mostram um iminente niilismo, onde não haveria possibilidades para o concreto. Anunciar a morte do sujeito seria anunciar a morte da própria política, pois esta exige a demarcação de sujeitos. “Afirmar que a política requer um sujeito estável é reivindicar que não pode haver oposição *política* a essa reivindicação.”⁸ (BUTLER, 1992, p.04). O intento de Butler não está em negar a necessidade da definição de sujeito, mas sim, perguntar as consequências que esta necessidade implicaria no campo político. Neste sentido, as diversas questões colocadas pela pós-modernidade criam a

principais críticas feministas, pois esta universalidade implica em conceitos como a de “neutralidade” e “generalidade”, nas palavras de Janyne Sattler: “Do sentimento de exclusão da experiência feminina das abordagens epistemológicas tradicionais, as feministas passam ao questionamento radical da posição de justificação epistêmica ela mesma: também a suposta ‘generalidade’ e ‘neutralidade’ é contextual, situada e informada pelo status do sujeito epistêmico – um sujeito masculino, branco e heterossexual, em geral americano ou europeu, em detrimento de todos os outros, – pelo privilégio outorgado a estes conceitos em detrimento de outros.” (2018, p.02). Desta maneira, surge a epistemologia feminista, área do conhecimento que busca ir além das supergeneralizações criadas a partir da ideia de que o sujeito cognoscente se dá apenas e sempre a partir de uma razão abstrata e universalizante. Novamente, para Sattler: “O projeto da epistemologia feminista começa, assim, a partir do diagnóstico de uma tradição hegemônica masculina, pela revisão crítica dos conceitos de ‘conhecimento’, ‘sujeito cognoscente’, ‘objetividade’, ‘racionalidade’, ‘justificação’, ‘metodologia científica’, ‘generalidade’, ‘universalização’, como sendo conceitos falhos e tendenciosos, em vista de uma sua reconstrução normativa, prática e ideológica que reconheça, explique e endosse a parcialidade e a contextualidade dos nossos processos de conhecimento.” (2018, p.04)

⁸ “To claim that politics requires a stable subject is to claim that there can be no *political* opposition to that claim.”

falsa impossibilidade do “Eu”, fazendo parecer que existem apenas representações de uma realidade.

A demarcação do sujeito traz consigo a transformação de certos sujeitos como categorias “universais”, mas, segundo Butler, o enquadramento de sujeitos dentro de categorias de “universalidade” só se pode dar a partir de bases etnocêntricas. Assim, o universal é a necessidade de impor uma noção culturalmente hegemônica dentro dos campos sociais. Segundo ela: “‘universal’ é um espaço de insistente disputa e ressignificação” (1992, p.07). Assim, o termo “universalidade” deveria ser permanentemente aberto, contestado, contingente, a fim de não excluir antecipadamente os futuros pedidos de inclusão. O que Butler busca aqui não é eliminar a categoria, mas uma tentativa de aliviá-la de seu peso fundacionalista para torná-la um espaço de disputas políticas permanentes.

A questão da retirada do peso de determinadas categorias cria a necessidade de se impor como autor, ou seja, colocar-se ativamente como o autor de seu próprio texto. Butler se pergunta: “O que fala quando “eu” falo com você?”¹⁰ (1992, p.08). Para ela, o que fala é a “posição de Butler”, ou seja, há uma necessidade de se posicionar como autor do próprio texto. Assim, ela defende que sua posição é dela dentro das possibilidades do “eu”. Afirmar que se detém uma determinada posição neste caso não é excluir a possibilidade do diálogo, pelo contrário, este é um processo de reprodução e ressignificação de posições teóricas que constituem nossos discursos, é trabalhar as possibilidades de convergências tentando levar em conta as possibilidades que estas sistematicamente excluem. Em suas palavras:

O "eu" é o ponto de transferência dessa repetição, mas simplesmente não é uma reivindicação suficientemente forte para dizer que o "eu" está situado; o "eu", este "eu", é constituído por essas posições e essas "posições" não são apenas produtos teóricos, mas princípios organizacionais totalmente incorporados de práticas materiais e arranjos institucionais, estas matrizes de poder e discurso são o que me produzem como um "sujeito" viável.¹¹ (1992, p.09)

⁹ “‘universal’ as a site of insistent contest and ressignification.”

¹⁰ What speaks when "I" speak to you?

¹¹ “The ‘I’ is the transfer point of that replay, but it is simply not a strong enough claim to say that the ‘I’ is situated; the ‘I’, this ‘I’, is constituted by these

Nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida e é uma fantasia a ideia de que sejam desautorizadas suas relações constitutivas reformulando-as como domínio de uma externalidade compensatória. Segundo Luce Irigaray, essa ideia de sujeito constituído pela fantasia da autogênese é sempre baseada no sujeito masculino. “E tornar-se sujeito deste modo certamente não é um objetivo feminista.¹²” (1992, p.09).

Butler compara o intento da universalização do sujeito com a guerra entre Estados Unidos e Iraque, onde o modelo norte americano é tido como universal e que a guerra se dá em nome de uma democracia metapolítica baseada apenas na narratividade. Para ela, testemunhamos esse modelo de violência tanto material quanto conceitual quando vemos os Estados Unidos como universal, enquanto o Iraque (e sua população na maioria árabe) como “outro”; este “outro” é visto como radicalmente fora das estruturas universais da racionalidade e da democracia, justificando assim o intento de guerra. Esta guerra é sempre um intento masculino de poder sobre o sujeito, onde os princípios da masculinidade se impõem como universais sobre todos aqueles sujeitos tidos como “outro”. O ato de guerra se caracteriza como transformar um ato de violência em um ato salvaguardado pelas esferas jurídicas. Um exemplo disto pode ser visto na frase declarada por Colin Powell, que se refere ao envio de mísseis como “a entrega de uma ordem”¹³. Para Butler, esta frase tem um significado bastante forte, pois demarca a negação do diálogo dentro do estado de guerra, já que uma mensagem enviada em um míssil é endereçada a quem não poderá ouvi-la. Este novo modelo de militarização em que bombas inteligentes teleguiadas são enviadas marcam um processo de descorporificação, pois estas bombas com suas câmeras têm suas imagens transmitidas em tempo real que salvagam e distanciam seus telespectadores dos horrores causados pela guerra. Uma bomba, ao explodir, deixa de transmitir e não mostra assim a destruição que ela causa.

Butler retoma a questão do sujeito, que segundo ela, é constituído por processos de exclusão e diferenciação, possivelmente uma repressão, que é subsequentemente escondida, coberta, pelo efeito da autonomia. Este sujeito é constituído através de atos de diferenciação que distinguem

positions, and these ‘positions’ are not merely theoretical products, but fully embedded organizing principles of material practices and institutional arrangements, those matrices of power and discourse that produce me as a viable ‘subject’.”

¹² “And to become a *subject* on this model is surely not a feminist goal.”

¹³ “the delivery of an ordnance.”

o sujeito do seu constitutivo externo, um domínio da alteridade abjeta que é convencionalmente associada ao feminino, mas não exclusivamente pertence apenas ao domínio deste. Reivindicar que o sujeito é constituído não é o mesmo que reivindicar que ele está determinado, pelo contrário, o caráter constitutivo do sujeito é a pré-condição de sua capacidade de ação. Esta ação pertence a uma maneira de pensar sobre as pessoas como atores instrumentais que confrontam um campo político externo e esta ação é “sempre e apenas uma prerrogativa política.”¹⁴ (1992, p.13). Segundo Butler, o sujeito não é um fundamento nem um produto, mas sim, uma possibilidade permanente de um certo processo de ressignificação. Isto não significa anunciar a morte do sujeito, mas apenas afirmar que certas versões do sujeito são politicamente “insidiosas”. Butler sempre parte da ideia de que a formação e a constituição de um sujeito demandam a formação de um “outro”, este sempre visto como abjeto, segundo ela, é importante lembrar que os sujeitos são constituídos através da exclusão, isto é, através da criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, figuras de abjeção, populações apagadas da vista.

A obra de Butler é permeada pela de Michel Foucault. Foucault não pode ser enquadrado dentro dos discursos da pós-modernidade, mas ela o vê como um crítico da modernidade. É importante delimitar aquilo que é tido como pós-modernidade e também separar estes discursos dos provenientes de outra vertente que também surgiu e se desenvolveu na segunda metade do século XX, o pós-estruturalismo. Para Butler, a diferença básica entre estas duas vertentes é a de que o pós-estruturalismo afirma que o sujeito nunca existiu; já o pós-moderno, como crítica à modernidade, afirma que o sujeito existiu, mas que não existe mais. A afirmação da morte do sujeito soa como um problema para o feminismo, pois é quando as mulheres começam a assumir seus papéis como sujeitos, a pós-modernidade chega anunciando a morte do sujeito, o que parece uma conspiração contra mulheres e grupos de minoria que estavam pela primeira vez começando a falar em seu próprio nome.

Discursos que necessitam de um sujeito, como o do feminismo, sempre partem da exclusão e da criação de espaços de abjeção. Desta forma, Butler se pergunta quem são os sujeitos que o sujeito do feminismo exclui. Tomar a construção do sujeito como um problema político não é o mesmo que anunciar o fim do sujeito, desconstruir o sujeito não significa negar ou descartar este conceito, pelo contrário, este é um trabalho fundacional, em que a desconstrução implica apenas em

¹⁴ “agency is always and only a political prerogative.”

suspender toda a obrigação advinda do termo “sujeito” e que consideremos suas funções linguísticas que servem na consolidação e ocultação de autoridade. “Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, talvez o mais importante, abrir um termo, como o sujeito, a uma reutilização ou redistribuição que anteriormente não foi autorizada.¹⁵” (1992, p.15). Assim, Butler não nega o sujeito do feminismo, vendo a necessidade da criação de discursos para “mulheres”, pois o discurso político necessita da construção de sujeitos.

Então, surge a pergunta: quais os limites discursivos de “ser mulher”? Ou melhor, “o que é ser mulher”? Existem diversas respostas e discursos para esta pergunta, em sua maioria pautadas em discursos biológicos. Será que “ser mulher” pode se limitar apenas a regências cromossômicas e/ou hormonais? Geralmente se associa “ser mulher” com a maternidade, mas isto, segundo Butler, é uma desvantagem para o feminismo, pois claramente nem todas as mulheres são mães, algumas não podem ser, algumas são jovens ou velhas demais para ser e outras simplesmente não o desejam. Em suas palavras:

Eu argumentaria que qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria de mulheres, presumindo que a garantia de solidariedade é necessária antecipadamente, produzirá necessariamente factionalização e que a "identidade" como ponto de partida nunca pode ser considerada como o terreno sólido de um movimento político feminista. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e, como tal, são excludentes. Isto não quer dizer que o termo "mulheres" não deve ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Pelo contrário, se o feminismo pressupõe que as "mulheres" designam um campo de diferenças não designável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o mesmo se torna um campo de abertura e resignificação progressivas. Eu argumentaria que as rupturas entre as mulheres sobre o conteúdo do termo devem ser salvaguardadas e valorizadas, de fato, essa

¹⁵ “To deconstruct is not to negate or to dismiss, but to call into question and, perhaps most importantly, to open up a term, like the subject, to a reusage or redeployment that previously has not been authorized.”

constante ruptura deve ser afirmada como o fundamento *underground* da teoria feminista. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, então, censurar seu uso, mas, ao contrário, libertar o termo em um futuro de múltiplos significados, emancipá-lo das ontologias maternas ou racistas para as quais foi restringido e transformá-lo em um lugar onde significados imprevistos podem surgir.¹⁶ (1992, p.16)

O significado do termo “mulheres” foi dado como certo por muito tempo e o que foi fixado como referente do termo, foi fixado, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação.

“Se tudo está na esfera do discurso, então não há realidade para os corpos”. Ora, esta afirmação se mostra como uma falácia da pós-modernidade. Butler não nega a materialidade dos corpos, em suas palavras:

Desconstruir o conceito de matéria ou a de corporalidade não é negar ou recusar estes termos. Desconstruir estes termos significa, em vez disso, continuar a usá-los, repeti-los, repeti-los subversivamente e deslocá-los dos contextos em

¹⁶ “I would argue that any effort to give universal or specific content to the category of women, presuming that that guarantee of solidarity is required in advance, will necessarily produce factionalization, and that "identity" as a point of departure can never hold as the solidifying ground of a feminist political movement. Identity categories are never merely descriptive, but always normative, and as such, exclusionary. This is not to say that the term "women" ought not to be used, or that we ought to announce the death of the category. On the contrary, if feminism presupposes that "women" designates an undesignatable field of differences, one that cannot be totalized or summarized by a descriptive identity category, then the very term becomes a site of permanent openness and resignifiability. I would argue that the rifts among women over the content of the term ought to be safeguarded and prized, indeed, that this constant rifting ought to be affirmed as the ungrounded ground of feminist theory. To deconstruct the subject of feminism is not, then, to censure its usage, but, on the contrary, to release the term into a future of multiple significations, to emancipate it from the maternal or racialist ontologies to which it has been restricted, and to give it play as a site where unanticipated meanings might come to bear.’

que foram implantados como instrumentos de poder opressivo.¹⁷ (1992, p17)

Segundo Butler, processos de corporificação são geralmente ligados ao sexo, já que na divisão sexo/gênero cabe ao sexo os limites corpóreos da sexualidade. Assim, o sexo se tornaria uma categoria política, que, segundo ela, sempre seria uma categoria de violência. “A categoria de sexo aqui funciona como um princípio de produção e regulação ao mesmo tempo e a causa da violação instalada como princípio formativo do corpo é a sexualidade.¹⁸(1992, p.19)

Delimitar o discurso de Butler como uma espécie de crítica à afirmação da pós-modernidade da “morte do sujeito” é responder a diversas críticas¹⁹ que foram colocadas sobre a sua obra “Gender

¹⁷ “To deconstruct the concept of matter or that of bodies is not to negate or refuse either term. To deconstruct these terms means, rather, to continue to use them, to repeat them, to repeat them subversively, and to displace them from the contexts in which they have been deployed as instruments of oppressive power.”

¹⁸ The category of sex here functions as a principle of production and regulation at once, the cause of the violation installed as the formative principle of the body is sexuality.

¹⁹ Entre as mais proeminentes críticas recebidas por Butler estão as feitas por Martha Nussbaum em seu artigo intitulado “The Professor of Parody” (1999) no qual Nussbaum cita a importância da luta do feminismo em “projetos concretos” como por exemplo: a reformulação de leis contra o estupro, violência doméstica e assédio sexual; melhorando as condições econômicas e oportunidades de trabalho e educação para as mulheres; ganhando direitos para trabalhadoras grávidas; campanhas contra o tráfico de mulheres e a prostituição infantil e trabalhando pela igualdade social e política de gays e lésbicas. Segundo ela, as propostas feitas por um novo modelo de feminismo acadêmico de revisão de conceitos como o de “identidade” e “sujeito” são abstratas demais, sem consequências imediatas no real, ficando apenas no campo discursivo. Em suas palavras: “Pensadoras feministas do novo modelo simbólico parecem acreditar que o caminho para se fazer política feminista é usando palavras de maneira subversiva em publicações acadêmicas de alta obscuridade e absurda abstração.” (“Feminist thinkers of the new symbolic type would appear to believe that the way to do feminist politics is to use words in a subversive way, in academic publications of lofty obscurity and disdainful abstractness.”) (2000, p.02). Nussbaum cita como a mais influente desta nova escola de pensamento feminista Judith Butler, para ela, os textos de Butler, são densos de “alusões” a outros teóricos, mas sem ter o cuidado em explicar os conceitos trazidos por estes teóricos e muitas vezes forçando a interpretação destes conceitos.

Outra importante crítica recebida por Butler foi feita por Seyla Benhabib em seu artigo “Feminism and Postmodernism: An Uneasy Alliance” (1995); neste

Trouble” que afirmam que questionar a categoria de “mulheres” como sujeitos do feminismo tira o poder político desta categoria. Butler não afirma o fim do sujeito “mulheres”, mas sim coloca em questão que a formação desta categoria de sujeitos só se dá dentro dos limites discursivos masculinos e que esta deve ser repensada a fim de não tornar-se uma categoria de exclusão e de formação de sujeitos abjetos.

artigo ela fala que a crítica pós-moderna está fundada em três elementos principais: um conceito anti-fundacionista do sujeito e da identidade, a morte da história e das noções de teleologia e progresso e a morte da metafísica definida como a busca da verdade objetiva. Segundo ela, essas posições críticas impossibilitam uma política feminista ser fundada, o que eliminaria a possibilidade da agência, do senso de auto-captação e da apropriação da história das mulheres em nome de um futuro emancipado.

A filósofa Nancy Fraser se pronuncia em relação à querela instaurada entre Butler e Benhabib em um artigo intitulado “False Antitheses: A Response to Seyla Benhabib and Judith Butler” (1995), no qual ela fala que as ideias de modernidade defendidas por Benhabib e de pós-modernidade defendidas por Butler não são necessariamente contrárias e que ao invés destas autoras basearem seus debates em termos dicotômicos deveriam assumir uma posição entre estes dois termos, para assim reformular suas reivindicações a fim de torná-los compatíveis.

4 (DES) FAZENDO GÊNERO

Após o lançamento de “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity” em 1990, Butler recebeu grande notoriedade tanto nos círculos dentro quanto fora da academia. A repercussão foi tanta que no prefácio da segunda edição (1999) Butler se diz surpresa com as dimensões que seu trabalho ganhou. *Gender Trouble* é considerado como texto fundador da teoria queer, mas ao mesmo tempo estando também na vanguarda nos estudos feministas. A teoria da performatividade como constitutiva do senso de identidade é vista como fundamental para a teoria queer e as práticas sexuais dissidentes (ELLIOT, 2002, p.150). Ao mesmo tempo, contudo, o trabalho de Butler recebeu diversas críticas tanto de setores mais conservadores quando liberais, tanto sua crítica à busca de uma identidade comum ao feminismo foi por sua vez criticada por grupos feministas mais radicais, quanto sua teoria da performatividade de gênero foi bastante atacada por abrir a possibilidade a diversos gêneros que extrapolariam os limites do binarismo. Em 2004 Butler publica “Undoing Gender” um livro composto de onze artigos nos quais ela busca responder certas questões colocadas ao “Gender Trouble” e também ampliar sua teoria.

“Undoing Gender” é novamente um marco na teoria queer, já por seu título que nos mostra que “gênero” não é um conceito para ser construído/feito, mas sim, um conceito aberto à desconstrução, ou seja, para se “construir” um “gênero” de certa maneira é necessário se “desconstruir” as noções dominantes sobre indivíduos. Neste texto Butler busca explicitar as normas que governam (e falham ao governar) o gênero e a sexualidade. Segundo ela, “gênero” se realiza de maneiras que não nos tornamos conscientes, mas, ao mesmo tempo, isto não significa que a performatividade seja algo automático, pois temos desejos que não se formam em nós como indivíduos, mas sim, derivam das normas sociais.

Neste capítulo falaremos a respeito de dois artigos presentes no “Undoing Gender”. O primeiro, fala a respeito de como o gênero é regulado e por conta disto normatizado tornando-se estático ao invés de cumprir seu papel como múltiplo. O segundo, fala a respeito da diagnóstica de certos gêneros e práticas sexuais pelo discurso médico, este discurso que normaliza certas normas de gênero e classifica como “doentes” aqueles que desviam das normas padrão.

4.1 REGULAÇÕES DE GÊNERO

Inicialmente, faz-se necessário discutir como funcionam as regulações do gênero. O próprio termo “regulação”, em um primeiro momento, se mostra como complicado pois parece que este sugere a institucionalização dos processos pelos quais os indivíduos se tornam “regulares”. Dentro dos estudos de gênero surgem algumas questões: como o gênero é regulado? como tais regulações são impostas? e como elas são incorporadas e vividas pelos sujeitos a quem elas são impostas? Segundo Butler, para o gênero ser regulado não significa que simplesmente ele surge a partir de uma força exterior da regulamentação (BUTLER, 2004, p.40). Incorporar um gênero está ligado ao conceito de sujeição, ou seja, aceitar certas normas que são colocadas pela cultura; mas poderia haver algum gênero que fosse anterior a sua regulamentação? Para Butler, é ao estar sujeito às regulamentações que o gênero emerge, sendo produzido pelas e por meio das formas particulares de sujeição. Então, seria a sujeição o processo pelo qual a regulamentação produz o gênero? Esta seria uma resposta muito simplista para o assunto, pois gênero é produzido por diversos fatores culturais. Butler retoma Foucault para falar sobre a subjeção e a regulamentação; para ele, existem duas ressalvas a estes conceitos: o poder regulador não só atua sobre um sujeito preexistente, mas também molda e forma esse sujeito; tornar-se sujeito por um determinado regulamento é também subjetivar-se por este.

Existem diversos tipos particulares de regulamentos que interferem diretamente na vida dos indivíduos. Entre estes, aqueles que são específicos para a regulamentação do gênero, nas palavras de Butler: “o aparelho regulador que governa o gênero é aquele que é específico para os gêneros²⁰.” (BUTLER, 2004, p.41). A construção de gênero é um processo complexo que demanda diversas esferas da vida social. Para Butler, o gênero requer e institui seu próprio regime regulatório e disciplinar distintivo. “O gênero é, portanto, uma norma regulatória, mas também é produzido ao serviço de outros tipos de regulamentos²¹” (2004, p.53). A ideia de que gênero seja uma norma requer uma elaboração mais profunda, Butler parte do pressuposto de que uma norma não é o mesmo que uma regra e que esta não é o mesmo que uma lei: “Uma norma opera dentro das práticas sociais como o padrão implícito de normalização²².”

²⁰ “the regulatory apparatus that governs gender is one that is itself genderspecific.”

²¹ “Gender is thus a regulatory norm, but it is also one that is produced in the service of other kinds of regulations.”

²² “A norm operates within social practices as the implicit standard of *normalization*.”

(2004, p.41). Normas podem ser ou não explícitas e quando elas operam como princípio de normalização na prática social “elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de ler, discerníveis de forma mais clara e dramática nos efeitos que produzem²³.” Para ela, a norma governa a inteligibilidade social da ação, mas não é o mesmo que a própria ação. Desta maneira, as normas devem ser entendidas a partir de seu status relacional. As normas se constituem de atos repetidos incessantemente ao ponto de se ter sua naturalização, “a norma está conferindo ativamente a realidade; de fato, somente em virtude de seu poder de repetição para conferir a realidade é que a norma se constitui como norma.²⁴” (2004, p.52).

Dizer que o gênero é uma norma não é o mesmo que dizer que gênero deriva diretamente de uma normatização binária: “O gênero é o aparelho pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem juntamente com as formas hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume²⁵.” (2004, p.42). Pensar que o gênero sempre e exclusivamente significa a normatização da matriz distintiva entre masculino e feminino é esquecer que esta produção de uma coerência binária é contingente e que sua existência tem um preço. Para Butler, gênero é um conceito radical aberto a novas práticas, nunca fechado em um único conceito que tenta detê-lo; em suas palavras: “O gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas o gênero pode muito bem ser o aparelho pelo qual tais termos são desconstruídos e desnaturalizados.²⁶” (2004, p.41). Se temos como sujeitos aqueles que se distanciam do binarismo (como, por exemplo, pessoas transgênero²⁷) percebemos que o gênero

²³ “they usually remain implicit, difficult to read, discernible most clearly and dramatically in the effects that they produce.”

²⁴ “The norm is actively conferring reality; indeed, only by virtue of its repeated power to confer reality is the norm constituted as a norm.”

²⁵ “Gender is the apparatus by which the production and normalization of masculine and feminine take place along with the interstitial forms of hormonal, chromosomal, psychic, and performative that gender assumes.”

²⁶ “Gender is the mechanism by which notions of masculine and feminine are produced and naturalized, but gender might very well be the apparatus by which such terms are deconstructed and denaturalized.”

²⁷ A discussão a respeito de quantos gêneros são possíveis ou se eles são ilimitados é bastante recente, mas a prática social já nos mostra que delimitar o gênero apenas a dois não condiz mais com a realidade em que vivemos. A prefeitura da cidade de Nova Iorque no ano de 2006 abriu a possibilidade para que os sujeitos possam se inserir em uma lista que engloba 36 gêneros diferentes.

possui mecanismos para ir além da estrutura binária naturalizada e assim devemos pensar o gênero a partir de sua multiplicidade. Segundo Butler o gênero não é redutível à insistência normativa de um ou dois.

É neste ponto que Butler faz uma análise do trabalho de Catherine Mackinnon a qual, ao longo de sua trajetória acadêmica, divide sua obra em três eixos principais (estes que em muitos momentos se entrecruzam): o assédio sexual, a luta anti-pornografia e dentro do direito internacional. Em sua obra “Feminism Unmodified”, de 1987, ela caracteriza o assédio sexual como um modo de violência sexual pois este ato corrobora e reforça o modelo de desigualdade social entre homens e mulheres. Mackinnon parte do assédio sexual; para ela, o assédio é o que caracteriza a relação de subordinação feminina. Assim, os homens são sempre tomados como assediadores e as mulheres como assediadas. A partir desta análise do poder é que Mackinnon constrói seu conceito de gênero. Segundo Butler, Mackinnon parte da ideia de que gênero deriva diretamente do sexo e este sendo possível apenas dentro da matriz heterossexual. Desta maneira, não haveria possibilidades para o gênero além daquelas limitadas pela distinção binária do sexo. O que Butler busca é romper as barreiras do gênero que sejam delimitadas pelo sexo. O gênero extrapola os limites do sexo, e mesmo a categoria do sexo deveria ser repensada e aberta a novas possibilidades; em suas palavras:

O primeiro movimento é separar a sexualidade do gênero de tal modo que para se ter um gênero não pressuponha que alguém exercite certas práticas sexuais de maneira particular e, se praticar uma determinada prática sexual, como por exemplo o sexo anal, não pressuponha que desta derive um dado gênero.²⁸ (2004, p.54)

Assim, segundo Butler, os códigos nos quais se baseiam o assédio sexual tornam-se o instrumento pelo qual o gênero é assim reproduzido.

Já a rede de relacionamentos “Facebook” permite que seus usuários de língua inglesa se identifiquem dentre as 56 possibilidades de gênero disponíveis, no Brasil os usuários que utilizam a rede em português brasileiro podem optar entre as 17 opções de gênero disponíveis.

²⁸ “The first move is to separate sexuality from gender, so that to have a gender does not presuppose that one engages sexual practice in any particular way, and to engage in a given sexual practice, anal sex, for instance, does not presuppose that one is a given gender.”

O problema de derivar o gênero de regulamentações é que estas buscam delimitar o gênero e transformá-lo em regular, o que segundo Butler seria impossível devido a própria natureza múltipla do gênero. O que Butler busca não é meramente negar o sistema de regulamentação e de normas, mas é nos mostrar que estas normas são as que governam a vida social e política, regulando, produzindo e mantendo as normas que dizem o que um homem ou uma mulher devem ser, o que o discurso deve ser e os limites do que a sexualidade deve ou não ser.

4.2(DES) DIAGNOSTICANDO GÊNEROS

Ao usar a expressão “Gender Trouble”, Butler se refere a todos aqueles que não se enquadram dentro das limitações binárias do gênero; não existe uma tradução segura para esta expressão no português²⁹, mas em uma tradução bastante arriscada poderíamos pensar “gender trouble” como “gêneros marginais” ou “gêneros desviantes” (transexuais, travestis, intersexuais³⁰, agêneros, pangêneros, etc.), gêneros que são tidos como desviantes da norma padrão e que muitas vezes passam por processos de patologização. Isto se dá como consequência de que as questões relativas aos nossos corpos e suas sexualidades foram temas intrinsecamente relacionados a conceitos morais e estes muitas vezes pautados pela religião. Com o avanço da medicina, cada vez mais gênero e sexualidade passam a ser temas tratados pelo discurso médico e este discurso é responsável por delimitar a fronteira entre o que é normal e o patológico no campo das identidades sexuais, estabelecendo uma necessidade de compatibilidade entre a identidade de gênero e a anatomia. Foi apenas em 1973 que a homossexualidade deixou de ser considerada um distúrbio psiquiátrico pelo “Manual Diagnóstico e Estatístico de

²⁹ O português possui um número bastante limitado de palavras quando se trata de gênero e que em sua maioria possuem um tom pejorativo, desta maneira neste trabalho usarei algumas expressões em inglês por estarem mais consolidadas, mesmo que muitas destas também sejam ressignificações de adjetivos pejorativos, por exemplo: Butler utiliza o termo “butch” para se referir a mulheres lesbianas masculinizadas, este que é um termo bastante pejorativo; o próprio conceito de “queer” que acabou dando nome a esta linha de estudos também é bastante pejorativo, mas que com a sua introdução no discurso acadêmico ganhou novas possibilidades discursivas.

³⁰ Traduzi aqui como intersexual o termo *cross-gender* que é usado para aqueles indivíduos que estão em processo de transformação de gênero, que já não se enquadram como uma pessoa CIS, mas ao mesmo tempo ainda não se sentem completamente TRANS.

Transtornos Mentais” (DSM), que retira a homossexualidade do mesmo grupo de distúrbios psiquiátricos que continham, por exemplo, a necrofilia, pedofilia, zoofilia. Em maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da classificação internacional de doenças (CID), mas a transexualidade continua sendo vista como um transtorno de gênero.

Butler refere-se especificamente ao *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*³¹ (DSM-IV³²), este que nos Estados Unidos regulamenta as doenças psíquicas. Uma pessoa que escolha viver com um gênero diferente daquele dado no seu nascimento, que para isto opte por procedimentos cirúrgicos e/ou hormonais, necessita ser diagnosticada por uma junta médica com o que, aqui no Brasil, chamamos de disforia de gênero (ou transtorno de identidade de gênero). Butler argumenta que a necessidade deste diagnóstico a partir de uma patologização possui dois lados: um positivo e outro negativo. Por um lado, incluir a transexualidade como um transtorno psicológico pode ser benéfico pois facilita aqueles que buscam ressignificação de seu gênero se enquadrarem dentro dos discursos médicos. Ao mesmo tempo, o discurso de patologização é bastante pesado e normatizante e geralmente enquadrado em meios transfóbicos. Assim, ativistas vem argumentando que a transexualidade não é um transtorno, mas, ao mesmo tempo, “o diagnóstico continua a ser valioso pois facilita de uma maneira economicamente viável esta transição.³³” (BUTLER, 2004, p.76).

A ressignificação de gênero é fundamental para aqueles sujeitos que buscam se enquadrar como sujeitos autônomos, o gênero é parte integrante da formação do sujeito e da busca por um discurso do “eu”; assim, estar esteticamente compatível com seu gênero faz parte da construção da autonomia. Mas “podemos argumentar que ninguém consegue esta autonomia sem a assistência ou o apoio de uma comunidade, especialmente se alguém está fazendo uma escolha corajosa

³¹ Usarei aqui a experiência de Butler com o sistema médico norte americano, mesmo que este seja muito similar ao que ocorre no Brasil.

³² O DSM é um documento publicado pela APA (Associação Americana de Psiquiatria) e constantemente revisado, o DSM-IV foi publicado em 1994; nele o transexualismo estava caracterizado como transtorno da identidade de gênero (TIG). No ano de 2003 a APA publica o DSM-V, onde o transtorno da identidade de gênero passa a ser chamado de Disforia de Gênero com o intuito da despatologização do TIG.

³³ “the diagnosis continues to be valued because it facilitates an economically feasible way of transitioning.”

e difícil, como a transição de gênero.³⁴” (2004, p.76). Tratar em nossa sociedade a transexualidade a partir da necessidade de um diagnóstico parte de certas relações de poder que assumem que certas normas de gênero não foram adequadamente incorporadas, ou seja, que derivam de um erro ou uma falha. A diagnosticção assume certas normas sociais, como por exemplo qual seria o modelo normal de se viver o gênero e que poderia ser ampliado para o que seria uma família normal, assumindo assim a linguagem da correção, adaptação e normalização. Mas este “é um diagnóstico que foi dado às pessoas contra sua vontade, e é um diagnóstico que efetivamente quebrou a vontade de muitas pessoas, especialmente da juventude *queer* e *trans*.³⁵” (2004, p.77).

Assim, parece que o debate é muito complexo e, de certa forma, aqueles que desejam manter o diagnóstico desejam fazê-lo porque os ajuda a alcançar seus objetivos e, nesse sentido, realizam sua autonomia. E aqueles que querem acabar com o diagnóstico querem fazê-lo porque isso pode criar um mundo em que eles possam ser considerados e tratados de maneiras não-patológicas, aumentando sua autonomia de maneira importante.³⁶ (2004, p.77)

Butler vê como errôneas as crenças de que a orientação sexual tende a ser feita a partir da identidade de gênero, ou seja, de que a sexualidade faça referência de alguma forma necessária a uma identidade de gênero anterior. Segundo ela, a única maneira da identidade de gênero enquadrar-se com o desejo é dentro da matriz heterossexual e que práticas tais como a da bissexualidade rompem completamente com o discurso de uma necessária ligação entre gênero e desejo sexual. Devemos retornar

³⁴ “we can argue that no one achieves autonomy without the assistance or support of a community, especially if one is making a brave and difficult choice such as transitioning.”

³⁵ “It is a diagnosis that has been given to people against their will, and it is a diagnosis that has effectively broken the will of many people, especially queer and trans youth.”

³⁶ “So, it would seem that the debate is a very complex one, and that, in a way, those who want to keep the diagnosis want to do so because it helps them achieve their aims and, in that sense, realize their autonomy. And those who want to do away with the diagnosis want to do so because it might make for a world in which they might be regarded and treated in non-pathological ways, therefore enhancing their autonomy in important ways.”

ao ponto em que a construção do gênero é um processo bastante complexo principalmente para estar limitado à uma normatização binária, nas palavras de Butler:

É mais importante argumentar que não é uma desordem e que existe toda uma série de relações complexas na vida de pessoas intersexuais, algumas delas podem envolver se vestir como em outro gênero, algumas delas podem envolver viver em outro gênero, algumas delas podem envolver hormônios e cirurgia, e a maioria delas envolve um ou mais dos itens citados acima.³⁷ (2004, p.80)

Devemos sempre ter em mente que assumir uma certa performance faz parte de uma narrativa discursiva que remete ao “eu”; esta não pode ser capturada por uma determinada categoria, ou, só pode ser capturada por uma categoria por um determinado período de tempo: “Histórias de vida são histórias de vir-a-ser e as categorias às vezes podem atuar no congelamento desse processo de vir-a-ser.³⁸” (2004, p.80). Gênero é uma construção cultural e, neste sentido, um gênero só poderia ser constatado se passasse pelo teste do tempo. Desta maneira, ao se diagnosticar um determinado gênero em alguém, assume-se que o gênero é um fenômeno relativamente permanente. O gênero decorre de internalizações de normas e processos culturais, assim ele é relativo ao nosso meio; segundo Butler, nossas vidas culturais podem mudar, as palavras são trocadas e compartilhadas, podemos frequentar certos eventos e assim vemos que certos modos de vida os quais não conhecíamos são possíveis e desejáveis; algo sobre nossas próprias possibilidades torna-se claro para nós de forma que não tinha sido antes. Desta maneira, o gênero como diagnosticável assume que estamos permanentemente constituídos de uma forma ou de outra impossibilitando o gênero como um processo de vir-a-ser.

Uma possibilidade de vermos o modelo que depende de um diagnóstico a partir de um prisma um pouco mais positivo é a de se usar

³⁷ “is most important to argue that it is not a disorder and that there is a whole range of complex relations to cross-gendered life, some of them may involve dressing in another gender, some of them may involve living in another gender, some of them may involve hormones, and surgery, and most of them involve one or more of the above.”

³⁸ “Life histories are histories of becoming, and categories can sometimes act to freeze that process of becoming.”

este mesmo diagnóstico como uma estratégia, ou seja, utilizar o diagnóstico puramente de maneira instrumental, um veículo para se atingir seus objetivos. Mas esta maneira também tem suas falhas, pois os sujeitos que passam pela diagnosticção também passam por processos de incorporação deste diagnóstico e assim poderiam incorporar a ideia de que são mentalmente doentes ou que são “falhos” dentro da normalidade.

O discurso de patologização é utilizado apenas quando a questão tratada é o gênero e Butler enfatiza a não necessidade de uma certificação a respeito de uma saúde mental estável para quem deseja fazer uma redução de mamas ou para a ingestão de estrogênico na menopausa, por exemplo. O que a leva à conclusão de que o critério médico não está intrinsecamente ligado à saúde dos pacientes, mas sim a uma agenda deliberativamente transfóbica. Um outro ponto de vista dado por Jacob Hale seria o de tirar o discurso do diagnóstico das esferas da patologização transferindo-o para o livre mercado da medicina, nas palavras de Butler: “O grande benefício de sua visão (Hale) é que trata o paciente como um cliente que exerce a autonomia do consumidor no domínio médico³⁹” (2004, p.84). Mas isto resultaria que aqueles que não pudessem pagar por isto nunca poderiam de fato exercer a sua autonomia e Butler parte da ideia que a autonomia é derivada da liberdade e que esta liberdade depende dos meios materiais necessários. É importante lembrarmos que formas específicas pelas quais a liberdade é tomada dependem das condições sociais e das instituições sociais que governam as opções humanas em um determinado momento.

Novamente, homens que desejam um aumento peniano ou mulheres que desejam aumento ou redução das mamas não são enviados a psiquiatras. Ninguém é enviado a um psiquiatra por anunciar que deseja cortar ou deixar seu cabelo crescer, nem ao menos se alguém anuncia que deseja entrar em uma dieta (exceto em casos de anorexia), estas são tidas como práticas cotidianas com as quais cultivamos características sexuais secundárias. Butler afirma que não há uma maneira fácil de distinguir entre o que é “materialmente” verdadeiro e o que é “culturalmente” verdadeiro a respeito de um corpo sexuado. Assim, ela explicita que a patologização e a diagnosticção são processos que atendem a uma determinada agenda a qual qualifica e/ou desqualifica determinados sujeitos e que, ao mesmo tempo, pode facilitar a alguns o acesso aos processos transitórios, mas também torna a vida difícil para aqueles que sofrem ao serem patologizados. Ao criticar este sistema, Butler não busca

³⁹ “The great benefit of his view is that it treats the patient as a client who is exercising consumer autonomy within the medical domain.”

romper com as estruturas médicas, mas sim repensá-las de uma forma menos prejudicial aos sujeitos.

O processo de patologização e diagnósticação nos coloca defronte a um problema no qual a liberdade deve ser entendida como condicionada e articulada através de significados sociais específicos. Butler afirma que a única maneira de se assegurar estes significados é “aprendendo como apresentar a si mesmo em um discurso que não é seu, um discurso que lhe apaga no ato de representar a si mesmo, um discurso que nega a linguagem que você gostaria de usar para descrever quem você é⁴⁰” (2004, p.91). As formas de relatar, apresentar e representar a si mesmo existem apenas dentro dos limites discursivos, podendo ser incorporadas e internalizadas a partir de repetições de um determinado discurso; assim, o processo de diagnósticação cria a possibilidade de sujeitos se enquadrarem dentro dos limites possíveis do diagnóstico, mas isto, segundo Butler, possui um preço, “as vezes o preço da verdade em si.⁴¹” (2004, p.92). E isto se dá apenas porque muitos médicos e planos de saúde apenas apoiam o acesso às tecnologias de mudança de sexo em casos ditos como desordem.

Butler analisa a própria linguagem dentro do DSM, do qual ela cita um trecho a respeito de como um sujeito é diagnosticado com disforia de gênero: “deve haver uma forte e persistente identificação intersexual.⁴²” Segundo ela, isto é bastante difícil de se verificar, pois a construção de gênero parte de processos internos como aspectos de fantasias ocultas, desejos e sonhos e estruturas de comportamento incipientes. Mas o DSM nos pede para sermos um pouco mais “positivistas” em relação a isto, reduzindo todas essas estruturas apenas ao comportamento.

Pertencer a um determinado gênero pode em alguns casos parecer vantajoso, como, por exemplo: pode parecer vantajoso ser mulher se você gostaria de usar fabulosos lenços vermelhos e saias justas. Mas, ao mesmo tempo, estas vantagens trazem consigo riscos e devemos sempre ter em conta que pertencer a um determinado gênero não significa necessariamente possuir todas as vantagens trazidas por este, ser do gênero masculino, por exemplo, não é uma condição suficiente para poder entrar no mundo masculinizado. Isto acontece porque o gênero se dá

⁴⁰ “learning how to present yourself in a discourse that is not yours, a discourse that effaces you in the act of representing you, a discourse that denies the language you might want to use to describe who you are (...)”

⁴¹ “Sometimes at price of truth itself”

⁴² “there must be strong and persistent cross-gender identification.”

dentro dos limites da matriz cultural e esta nos dá ideias fantasiosas a respeito das vantagens de se possuir certas características de gênero.

O que faz do diagnóstico um problema é que este articula as normas de gênero de uma maneira extremamente rígida assumindo que as normas de gênero são fixas, assim busca garantir que você encontre a norma certa, aquela que permitirá que você se sinta apropriado onde estiver, confortável no gênero que você é. Este diagnóstico, contudo, não pergunta se o problema não está nos indivíduos mas sim nas normas de gênero fixas e intransigentes e se não seriam estas mesmas normas que produzem distúrbios e desconforto nos indivíduos. Novamente, pegando o texto do DSM percebemos a forma como este trata as normas de gênero como estruturas fixas:

Nos garotos, a transexualidade é manifesta por uma preocupação marcada com atividades tradicionalmente femininas. Eles têm a preferência por se vestir ou roupas de garotas ou mulheres ou podem improvisar certos itens com o material disponível quando o material original não está indisponível. Toalhas, aventais e lenços são geralmente utilizados para representar cabelos longos ou saias.⁴³ (2004, p.96)

Este texto nos dá a ideia de que em garotos a transexualidade é tida por uma “preocupação marcada com atividades tradicionalmente femininas”, mas não explicita quais são estas atividades. O que fica claro aqui é uma espécie de fascínio por certos estereótipos marcados pelo gênero. Mas para que um determinado gênero seja um lugar de fascínio, ou mesmo, para que um chamado estereótipo seja fonte de fascínio, devemos pensar nas várias formas de relações com o próprio estereótipo. Butler exemplifica com brincadeiras com a boneca Barbie: “O DSM assume que a boneca com que você brinca é a que você quer ser, mas talvez você queira ser seu amigo, seu rival, seu amante. Talvez você queira tudo isso

⁴³ “In boys, cross-gendered identification is manifested by a marked preoccupation with traditionally feminine activities. They may have a preference for dressing in girls’ or women’s clothes or may improvise such items from available materials when genuine materials are unavailable. Towels, aprons, and scarves are often used to represent long hair or skirts.”

ao mesmo tempo.⁴⁴” (2004, p.97). Em nossas brincadeiras nos deparamos com as normas sociais, mas ao mesmo tempo podemos explorá-las e até mesmo destruí-las. Fixar as normas de gênero seria assim limitar as possibilidades dos indivíduos. A linguagem dada pelo DSM impõe uma relação direta entre o sexo biológico e o gênero, relação esta que pode ser tanto um desconforto quanto um sofrimento, ou um senso de conforto e estar em paz, mas sempre solidificando o gênero dentro das estruturas do sexo.

De fato, existe uma infelicidade na vida de pessoas que não se enquadram com o seu gênero dado no nascimento, mas o que se percebe é que o DSM não está buscando as causas desta infelicidade; nos parece que para ele a única infelicidade é aquela que é criada por um desejo interno, esquecendo-se do fato de que não há um apoio social para estas pessoas e que estas, quando expressam suas infelicidades, são patologizadas e diagnosticadas. Esquecer disto é esquecer um problema de saúde muito mais grave como, por exemplo, as altas taxas de suicídio entre pessoas trans. Esquece-se também dos riscos de morte e assassinato aos quais estes indivíduos estão vulneráveis todos os dias: “Aparentemente, a ‘angústia’ que vem de viver em um mundo em que o suicídio e a morte por violência continua a ser um problema real não é parte do diagnóstico de GID.⁴⁵” (2004, p.99). Praticamente, o DSM responsabiliza os indivíduos por suas infelicidades esquecendo-se que estas decorrem de uma variedade de processos socioculturais. De certa forma, a violência social contra a juventude transgênera é eufemizada e o sofrimento causado por ela é reformulado como um problema interno, eufemizando as próprias formas da violência social.

Para Butler, as normas que governam a maneira pela qual entendemos a relação entre a identidade de gênero e a saúde mental teriam que mudar radicalmente, de modo que as instituições econômicas e jurídicas reconhecessem o quão essencial é tornar-se um gênero para nosso próprio senso de personalidade, nosso senso de bem-estar. Este sistema gera falhas e paradoxos: “Este é certamente o paradoxo da autonomia, um paradoxo que é elevado quando as regras de gênero

⁴⁴ “The DSM assumes that the doll you play with is the one you want to be, but maybe you want to be her friend, her rival, her lover. Maybe you want all this at once.”

⁴⁵ “Apparently, the “distress” that comes from living in a world in which suicide and death by violence remain real issues is not part of the diagnosis of GID.”

funcionam para paralisar a agência de gênero em vários níveis.⁴⁶” (2004, p.101) paralisando e estagnando assim nossa própria construção como sujeitos.

⁴⁶ “This is surely the paradox of autonomy, a paradox that is heightened when gender regulations work to paralyze gendered agency at various levels.”

5 A CONSTRUÇÃO DO “GÊNERO”

Neste capítulo, falaremos um pouco mais sobre como Butler constrói o seu conceito de gênero pautado na noção de performatividade, para assim extrapolar os limites da própria performatividade ampliando-a para a noção de precariedade, a qual, segundo ela, consegue abarcar um número maior de sujeitos que tem suas vidas precarizadas pelos sistemas políticos baseados na noção de identidade. Em um segundo momento falaremos de como Butler constrói a ideia de performatividade apoiada no conceito de *habitus* de Bourdieu onde a performance de gênero se daria de maneira mimética a partir de dentro das vivências do sujeito inserido em um determinado meio. Por fim, falaremos a respeito da obra de Bourdieu e como este faz uma análise da sociedade berbere da cabila para demonstrar os mecanismos de dominação masculina, importante para se entender o pano de fundo que permeia a obra de Judith Butler.

Um problema encontrado por Butler na teoria feminista está na própria construção do par binário sexo / gênero: “o par sexo/gênero foi um dos pontos de partida fundamentais (talvez fosse melhor dizer fundacionais) da política feminista.” (RODRIGUES, 2005: p.179). Butler percebe que a própria construção de gênero não seria um fator identitário, sendo muito mais um ato performativo. Para ela, o gênero estabelece interseções com outras categorias estando em constante construção. Sendo categoria criada para contestar o determinismo sexual a partir de uma construção cultural de identidade, o gênero acabou entrando no binarismo entre masculino e feminino que ele contestava.

Butler, já no “Gender Trouble”, percebe que dentro da construção da categoria de gênero a presença do sexo é marcante. Assim, ela faz uma crítica à necessidade invariável de que alguém, por exemplo, que nasça do sexo feminino obrigatoriamente se torne “mulher” por uma construção cultural de gênero. Desta maneira, o sexo ainda seria fator determinante na construção do gênero. Em suas palavras: “Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo.” (2015: p.27). Reafirmando as palavras Butler, Carla Rodrigues diz: “Se a distinção entre sexo e gênero é absolutamente nenhuma, não há mais a essência do sujeito de cujo sexo natural decorre um determinado gênero.” (2012, p. 149)

O gênero poderia ser compreendido como um significado assumido por um corpo que já se encontraria diferenciado sexualmente, mas este significado só existiria em relação a um outro significado oposto; em outras palavras, o gênero feminino, por exemplo, só existira como

oposto do gênero masculino, sendo assim parte de um sistema binário que só admitiria duas possibilidades de representação de gênero. Para Butler, esta regulamentação binária da sexualidade suprimiria a “multiplicidade subversiva” de uma sexualidade, declarando apenas duas maneiras de se vivenciar esta sexualidade. Segundo ela: “consequentemente, uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição do gênero dentro desse par binário.” (2015, p.52). Esta maneira de se perceber o gênero seria apenas mais uma forma excludente que reafirmaria a visão masculina do mundo: “a ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória.” (BUTLER, 2015: p.67).

Para Butler, o feminismo se preocupa apenas com a divisão dual entre homens e mulheres esquecendo-se de que o caráter masculinista de nossa sociedade opera de diferentes maneiras: “o gesto colonizador não é primária ou irredutivelmente masculinista. Ele pode operar para levar a cabo outras relações de subordinação heterossexista, racial e de classe, para citar apenas algumas.” (2015, p.38. Assim, ao pensarmos na divisão entre homens e mulheres esquecemos que esta é apenas parte das dicotomias tão marcantes em nossa sociedade masculina e patriarcal.

Mas o que seria então o gênero? Para Butler, o gênero não é algo que está acabado, estando constantemente em construção através do tempo, sendo assim um fenômeno inconstante e contextual. Gênero é uma atividade incessante realizada sem se estar sabendo e sem nossa vontade, mas, mesmo assim, não de forma automática ou mecânica. Não se produz sozinho, sendo sempre “feito” com ou para o outro, mesmo que este outro seja imaginário. Sendo composto de termos que estão fora de si mesmo, em uma sociabilidade que não possui um único autor e que segundo Butler “contesta radicalmente a própria noção de autoria”.

Além disto, Butler parte de Foucault para pensar a categoria gênero como uma norma reguladora a qual se produz na própria produção de seu campo de atuação. Segundo ela: “Um sentido importante de regulação, então, é que as pessoas são reguladas pelo sexo e que este tipo de regulação funciona como condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa.”⁴⁷ (2004, p.52). Assim, gênero seria uma norma regulamentar, mas também serviria como base para outros tipos de

⁴⁷ “One important sense of regulation, then, is that persons are regulated by gender, and that this sort of regulation operates as a condition of cultural intelligibility for any person.”

regulamentos, sendo um modo de disciplina e vigilância dentro de estruturas modernas de poder.

Mas é a partir da “*repetição estilizada de atos*” que Judith Butler cunha um dos conceitos mais importantes de sua obra, o conceito de performance. Segundo Carla Rodrigues: “performance tem como origem latina a palavra *formare*, que chega até nós como ‘formar, dar forma, criar’” (2012, p.142), esta derivou em duas outras palavras, performático e performativo. Enquanto o uso de performático fica restrito ao universo das artes, performativo é um termo que vai além das ligações que performance tem com as atividades artísticas, tendo uso nos campos da linguística e do gênero, usado por Butler no conceito de performance de gênero. Segundo Rodrigues: “Butler vai pensar o gênero como *performance*, um tipo de performance que pode se dar em qualquer corpo, portanto desconectado da ideia de que a cada corpo corresponderia somente um gênero.” (2012, p.150)

Gênero é uma construção a partir da cultura, mas esta não sendo fator determinante em sua construção. Para Butler: “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados.” (2010, p.48). A construção de gênero se dá por atos socialmente compartilhados e historicamente constituídos, sendo assim uma construção performativa.

Evidentemente, embora, imagino a genealogia crítica de gênero dependendo de um conjunto de pressupostos fenomenológicos, o mais importante entre eles é a visão ampliada de “ato”, que é ao mesmo tempo socialmente compartilhada e historicamente constituída e que é performativa.⁴⁸ (BUTLER, 1988: p.530)

Gênero então, não poderia entrar nos conceitos de verdadeiro ou falso, pois este como um ato performativo se altera com a ação do devir, “como os atos de fala, os atos de gênero (...) seriam performativos que estariam fora do regime falso/verdadeiro.” (RODRIGUES, 2012: p.152). Assim, para Butler a construção feita a partir de apenas dois gêneros estáticos esqueceria a dimensão construtiva do gênero, se a cultura é um

⁴⁸ “Clearly, though, I envision the critical genealogy of gender to rely on a phenomenological set of presuppositions, most important among them the expanded conception of an “act” which is both socially shared and historically constituted, and which is performative.”

processo em constante transformação, o gênero não poderia ficar preso apenas a um sistema binário.

O fato de o gênero se constituir em um ato performativo não exclui a sua realidade e “declarar que o gênero é construído não é afirmar sua ilusão ou artificialidade, em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que se contrapõe como opostos o ‘real’ e o ‘autêntico’.” (BUTLER, 2015: p.69). Ele faz parte de nossa vida social e desempenha importante papel em nossa construção cultural como indivíduos. Como ato performativo, a identidade de gênero não necessariamente é escolhida por nós, ela se baseia em uma construção permanente que muitas vezes nem nos damos conta de que estamos representando, segundo Iain Mackenzie: “para Butler, a reiteração performativa do gênero, que produz nosso senso de nós mesmos como seres sexuados, não é algo que ‘nós escolhemos fazer ou não fazer.’” (2011, p.163). Mas, a performance de gênero pode sim ser extrapolada de forma intencional como no caso do fenômeno *drag*. Para Butler, o fenômeno *drag* se caracteriza como uma performance intencional que tem como efeito desestabilizar a matriz da heterossexualidade, em suas palavras: “Drag é subversivo na medida em que reflete sobre a estrutura imitativa pela qual o gênero hegemônico produz a si mesmo e disputa com a reivindicação da heterossexualidade.”⁴⁹ (1993, p.125). Desta forma, *drag* não pode ser considerado um exemplo de identidade subjetiva ou singular, pois quem pratica sua performance é anterior ao gênero e decide de forma deliberada qual gênero vai performar, sendo assim uma atitude propositada de performance de gênero.

5.1 PERFORMATIVIDADE, PRECARIEDADE E POLÍTICAS SEXUAIS

O conceito de performatividade de gênero é fundamental na obra de Butler, mas ao amadurecer sua teoria ela amplia os limites da performance para o conceito de precariedade. O conceito de gênero seria muito raso para explicar os limites interseccionais das opressões colocadas em nossa sociedade e por isto ela amplia, esgarça o conceito para o de precariedade, onde certos sujeitos são colocados à margem dos discursos políticos, sendo concebidos como pré-sujeitos, onde seus discursos permeiam o político nas esferas do que ela considera como pré-

⁴⁹ “Drag is subversive to the extent that it reflects on the imitative structure by which hegemonic gender is itself produced and disputes heterosexuality's claim on naturalness and originality.”

político⁵⁰. Enquanto a performatividade relata um modelo de ação, a precariedade tem seu foco nas condições que ameaçam a vida de maneiras que parecem estar fora de nosso controle.

Dizer que o gênero é um ato performativo é dizer que é um certo tipo de decreto; a "aparência" do gênero é muitas vezes confundida como um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é incitado pelas normas obrigatórias a ser um gênero ou outro (geralmente dentro de um quadro estritamente binário) e a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder; e, finalmente, não há gênero sem essa reprodução de normas correndo o risco de desfazer ou refazer a norma de maneiras inesperadas, abrindo assim a possibilidade de refazer a realidade de gênero ao longo de novas linhas.⁵¹ (BUTLER, 2009, p.01)

⁵⁰ Butler não deixa claro o que ela entende exatamente com o conceito de “pré-político”. Pode-se entender que ela parte de uma análise do conceito dialético hegeliano em que o pré-político seria um primeiro momento do político, algo anterior à política. Isto não caracteriza que o político seja a superação do pré-político, como na síntese hegeliana ele não representa, como na lógica formal, uma correção no conteúdo dos argumentos utilizados, mas, diferentemente, um outro momento. Em sua obra “O Clamor de Antígona” (2000), Butler se refere à personagem de Sófocles como representante do pré-político, assim, Antígona se mostra: “não como uma figura política, cuja palavra desafiante apresenta implicações políticas, mas sim como alguém que articula uma oposição pré-política à política, representando o parentesco como a esfera que condiciona a possibilidade da política sem nunca adentrá-la.” (2014, p. 19). Desta maneira, em Antígona, o parentesco se caracteriza como “pré-político”, sendo anterior à política, fazendo parte de seu princípio, mas sempre se mantendo fora de sua esfera, pois a ideia de parentesco é relativa ao espaço privado não podendo transcender ao espaço público que próprio da política. A esfera que Butler intitula como “pré-política” se destina àqueles sujeitos que não possuem seus discursos legitimados nos campos da esfera pública, aqueles sujeitos (abjetos) que tem suas vidas precarizadas pela própria política.

⁵¹ “To say that gender is performative is to say that it is a certain kind of enactment; the ‘appearance’ of gender is often mistaken as a sign of its internal or inherent truth; gender is prompted by obligatory norms to be one gender or the other (usually within a strictly binary frame), and the reproduction of gender is thus always a negotiation with power; and finally, there is no gender without this reproduction of norms that risks undoing or redoing the norm in unexpected ways,

Já, a precariedade, descreve diferentes condições que pertencem aos seres vivos. Segundo Butler, qualquer coisa viva pode ser expurgada à sua vontade ou por acidente e sua persistência enquanto coisa viva é de nenhuma forma garantida. Viver uma vida precária é, assim, viver sempre nos limites pré-políticos, onde a própria garantia à vida não é tida como certa.

A precariedade está naturalmente e diretamente ligada às normas de gênero, já que sabemos que aqueles que não vivem seus gêneros de maneira inteligível estão em maior risco de assédio e violência, levando assim uma vida precária. Segundo Butler, as normas de gênero têm relação direta com como e quais maneiras podemos aparecer nos espaços públicos; como e qual a maneira que o público e privado são distinguidos; e como esta distinção é instrumentalizada em serviço de políticas sexuais; quem será criminalizado ao se mostrar na esfera pública; quem irá falhar em ser protegido pelas leis ou, mais especificamente, pela polícia, nas ruas, ou no trabalho, ou em casa. Quem será estigmatizado, quem será objeto de fascinação e desejo de consumo? Quem terá benefícios médicos perante à lei? Quem em sua intimidade e relações familiares será de fato reconhecido pela lei? Assim, as normas de gênero, nas palavras de Butler: “não são apenas instâncias de poder; e elas não refletem apenas relações de poder mais amplas; eles são uma maneira do poder agir⁵²” (2009, p.02).

Os problemas relacionados ao gênero estão estreitamente ligados à formação de sujeitos. Butler ao se referir à formação de sujeitos, não está falando daqueles que possuem a pré-condição soberana da ação e do pensamento. Para ela, sujeitos são “agentes” e “deliberadores” socialmente produzidos, cuja agência e pensamento são possíveis por um idioma que precede este “eu”, assim, este “eu” é produzido por meio das relações de poder, mas não sendo determinado por estas: “O paradoxo ou dilema que surge desta situação é aquele que encontramos o tempo todo na política: se os termos do poder designam “quem” pode ser um sujeito, quem é qualificado como sujeito de reconhecimento, para a política ou diante das leis, então o sujeito não é uma pré-condição para a política, mas um efeito diferenciado do poder.⁵³” (2009, p.03). Os sujeitos assim, são

thus opening up the possibility of a remaking of gendered reality along new lines.”

⁵² “So these norms are not only instances of power; and they do not only reflect broader relations of power; they are one way that power operates.”

⁵³ “The paradox or quandary that emerges from this situation is one that we find in politics all the time: if the terms of power lay out “who” can be a subject, who

formados por processos de exclusão, havendo aqueles que não contam como sujeitos, aqueles que não estão suficientemente em conformidade com as normas que conferem reconhecimento aos sujeitos. Butler se pergunta como chamamos aqueles que não podem aparecer como “sujeitos” dentro dos discursos hegemônicos. Assim como os sujeitos, certas formas de se viver o gênero continuam sem ser reconhecidas, deixando a questão de por que algumas formas de se vivenciar sua vida sexual são mais possíveis do que outras.

É a partir da performatividade de gênero que determinados sujeitos se tornam reconhecidos. É ao limitar quem conta como sujeito e quem não que a performatividade se liga com a precariedade. Assim, só se tornam sujeitos aqueles que se enquadram dentro dos limites da performatividade impostos pelo poder e aqueles que não se enquadram estão debelados a modelos de vida precarizados.

Butler utiliza como exemplos de vida precária aqueles que não têm acesso à cidadania, aqueles que vivem dentro de um Estado-nação, mas que não são enquadrados por suas leis. Um exemplo disto, nos Estados Unidos, são os trabalhadores ilegais, que vivem dentro do país, mas não têm acesso às suas leis, ou seja, não são considerados cidadãos, tornando-se sujeitos precários. Assim, esta população, ao reivindicar o direito à cidadania, está também reivindicando seu local como “sujeitos”, como integrantes da vida política e do espaço público, não sendo mais relegados ao espaço privado e ao domínio do pré-político, mas, em sua maioria, enquadrados nos discursos hegemônicos, estes são tidos apenas como espectros dentro das esferas públicas. Desta maneira, tornar-se um “sujeito” nos limites políticos é ter proteção legal contra diversas formas de exploração.

Atos políticos são sempre atos performativos e estes nunca podem ser performances individuais, são ações em conjunto e sempre no espaço público. Assim, a performance de gênero é tida como um ato político e um exercício de liberdade, Butler cita Arendt ao afirmar que “não há liberdade sem este exercício⁵⁴” (2009, p.06).

Outro conceito fundamental para a ideia de precariedade é o de igualdade, esta que é tida como condição para se fazer e mudar o mundo; mas a igualdade só existe na medida em que as pessoas, de fato, fazem e mudam o mundo em termos iguais. A igualdade é necessária para a ação política, assim, para se atuar nos campos da política é imperativo

qualifies as a subject of recognition, in politics, or before the law, then the subject is not a precondition of politics, but a differential effect of power.”

⁵⁴ “There is no freedom that is not its exercise...”

que se atue em termos de igualdade em relação aos outros. “A igualdade é uma condição e caráter da própria ação política ao mesmo tempo em que é seu objetivo.⁵⁵” (2009, p.07)

A construção de sujeitos como sujeitos políticos está intrinsicamente ligada à ideia que temos de Estado-nação. Devemos tomar em conta que o conceito de Estado-nação gera invariavelmente aqueles sujeitos tidos como apátridas. Segundo Gayatri Spivak, o Estado-nação é criado nas costas dos povos apátridas e esse é o legado do colonialismo na criação e sustentação do modelo de Estado-nação. Para ela, os processos pós-coloniais que vêm ocorrendo no continente africano nos mostram a fragilidade da formação do conceito de Estado-nação. Este continente foi dividido com fins colonizadores pelos países europeus; apenas a partir do séc. XX estas nações começam a se tornar independentes dentro das fronteiras fictícias coloniais que não são dadas por unidades linguísticas e/ou culturais. Nas palavras de Butler: “Não podemos repousar facilmente com a ideia de que o Estado representa uma determinada nacionalidade, entendida como monolítica e monolíngue.⁵⁶” (2009, p.08). Assim, Butler se aproxima da teoria de Spivak ao não conceber um Estado como correspondente a uma única nação, onde a nação é entendida como culturalmente uniforme e monolíngue.

A performatividade se estende a todos os campos da vida política criando assim vidas que são ou não viáveis dentro dos limites do poder. Assim, as reproduções de normas de gênero são sempre uma forma de negociação com as estruturas de poder que condicionam quais vidas terão espaço e quais terão pouco ou nenhum lugar como vidas viáveis. Nas palavras de Butler:

A teoria da performatividade de gênero pressupõe que as normas atuam sobre nós antes de termos a chance de agir de alguma forma, e quando agimos, recapitulamos as normas que agem sobre nós, talvez de maneiras novas ou inesperadas, mas ainda em relação às normas que nos precedem e nos excedem.⁵⁷ (2009, p.11)

⁵⁵ “Equality is a condition and character of political action itself at the same time that it is its goal.”

⁵⁶ “We cannot rest easily with the idea that the state represents a given nationality, understood as monolithic and monolingual.”

⁵⁷ “The theory of gender performativity presupposes that norms are acting on us before we have a chance to act at all, and that when we do act, we recapitulate the

Performatividade de gênero só existe dentro dos limites do desejo, mas este está restrito às normas de poder vigentes. Para Butler, o que “eu” desejo é produzido somente em relação àquilo que é desejado de mim, então não pode haver por completo a ideia de “meu próprio” desejo, pois este sempre é relacional, assim, a “minha” vontade sempre está em um campo de negociação com aquilo que me foi desejado.

Se tomarmos essa perspectiva, a performatividade de gênero não pressupõe necessariamente um sujeito sempre atuante ou um corpo repetidamente repetitivo. Estabelece uma convergência complexa de normas sociais sobre a psique somática e um processo de repetição que é estruturado por uma interação complicada de obrigação e desejo, e um desejo que é e não é próprio.

Quando agimos e agimos de forma política, estamos dentro de um conjunto de normas que estão atuando sobre nós de maneiras que nem sempre podemos saber. Quando e se a subversão ou a resistência se tornam possíveis, não é porque eu sou um sujeito soberano, mas porque uma certa convergência histórica das normas no campo da personalidade incorporada abre possibilidades de ação.⁵⁸ (2009, p.12)

Apesar de estarem em diferentes esferas, tanto gênero quando sexualidade não podem ser completamente desassociados, nenhum dos dois possui as condições de criar a si mesmo, estando sempre delimitados pelos campos de força dos limites impostos pelo discurso. Assim, a performatividade não está inserida apenas nos limites do gênero,

norms that act upon us, perhaps in new or unexpected ways, but still in relation to norms that precede us and exceed us.”

⁵⁸ “If we take this perspective, then gender performativity does not necessarily presuppose an always acting subject or an incessantly repeating body. It establishes a complex convergence of social norms on the somatic psyche, and a process of repetition that is structured by a complicated interplay of obligation and desire, and a desire that is and is not one’s own. When we act, and act politically, it is already within a set of norms that are acting upon us, and in ways that we cannot always know about. When and if subversion or resistance becomes possible, it does so not because I am a sovereign subject, but because a certain historical convergence of norms at the site of my embodied personhood opens up possibilities for action.”

aplicando-se a todos os campos da vida política, pois a performatividade é um processo que implica ser atuado de maneiras que nem sempre compreendemos completamente, e esta atuação é sempre dentro dos limites políticos. Por isto, a performatividade está arraigada nos limites de “quem” pode ou não se tornar um sujeito reconhecível, ligando assim o conceito de performatividade ao de precariedade. Este que é mais extenso que o primeiro pois é uma rubrica que reúne mulheres, homossexuais, pessoas transgênero, pobres e apátridas.

A crise da AIDS nos anos de 1970 e 1980 deixou claros os problemas de gênero e sua ligação com a precariedade da vida e sua rejeição às esferas fora dos limites políticos, questões como: “Como se vive com a noção de que o amor de alguém não é considerado amor e a perda não é considerada perda? Como viver uma vida irreconhecível? Se o que e como você ama já é uma espécie de nada ou inexistência, como você pode explicar a perda dessa não-coisa e como isso se tornará público?⁵⁹” (BUTLER, 2009, p.13) colocaram em dúvida aquilo que era tido como inexorável no campo político trazendo à tona grupos de sujeitos que não possuíam representações.

5.2 A MÁGICA SOCIAL DA PERFORMATIVIDADE: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM A OBRA DE BOURDIEU

Diversos são os pontos de convergência entre as teorias do sociólogo francês Pierre Bourdieu e de Judith Butler, mesmo enquadrando-se em sistemas de pensamento distintos. Enquanto várias vezes em sua obra Butler se posiciona como pós-estruturalista, Bourdieu ainda se mantém no modelo clássico das ciências sociais, o estruturalismo. Apesar das duas vertentes divergirem quanto ao método, possuem diversos temas afins.

A obra de Bourdieu é profundamente marcada pelo estruturalismo, corrente de pensamento que apreende a realidade social como um conjunto formal de relações. Segundo ele, a sociedade é uma realidade objetiva e o sujeito humano uma produção social; sua análise do mundo social parte de um processo de causalidade circular que profere

⁵⁹ “How does one live with the notion that one’s love is not considered love, and one’s loss is not considered loss? How does one live an unrecognizable life? If what and how you love is already a kind of nothing or non- existence, how can you possibly explain the loss of this non-thing, and how would it ever become publicly grievable?”

diferentes níveis de realidade. Segundo Butler, o trabalho de Bourdieu oferece uma leitura da prática social na qual reintroduz o mercado como um contexto de poder social, argumentando que o poder social não é totalmente redutível às práticas sociais que por ele são condicionadas. Mas diversos são, segundo Butler, os problemas na forma como Bourdieu aplica sua teoria social como, por exemplo, o problema que encontra o pesquisador etnográfico entre a tradução de sua realidade com a dos sujeitos que ele pesquisa. Bourdieu, para responder a certos problemas em sua tese, cria o conceito de *habitus*, este que se caracteriza pelos rituais encarnados de cotidianidade pelos quais uma determinada cultura produz e sustenta a crença em sua própria "evidência". Assim, o corpo seria um espaço de reconstituição do sentido prático sem o qual a realidade social não seria constituída como tal e, nas palavras de Butler: "O sentido prático é um sentido do corpo, onde esse corpo não é um mero ponto de referência positivo, mas o repositório ou o espaço da história incorporada."⁶⁰ (BUTLER, 1998, p.114). Mas estas práticas sociais não são determinadas unilateralmente pelo *habitus*, elas surgem na conjuntura entre o *habitus* e os campos sociais específicos, onde o que de fato determina em última instância é o "mercado". Este *habitus* é uma espécie de performatividade dentro das esferas de poder nas quais esta performatividade pode ser pensada como uma atividade incorporada para a qual a distinção entre o social e o linguístico não seria prontamente pensável. Butler se questiona se podem as dimensões sociais e linguísticas do discurso performativo serem estritamente separadas se o corpo se tornar um local de convergência e de produtividade. Ou seja, este corpo se estabelecerá como um local em que se trabalha a força performativa, um local onde os comandos performativos são recebidos, inscritos, realizados ou resistidos.

Bourdieu, assim como Merleau-Ponty, entende o corpo como uma forma de engajamento com o mundo, mas este corpo não age meramente de acordo com certas práticas regularizadas ou ritualizadas e, mesmo assim, estas são atividades rituais sólidas e sua ação neste sentido, é uma espécie de memória incorporada. O corpo se apropria de um caráter semelhante ao das regras do *habitus* jogando com estas regras no contexto de um campo social determinado. Devemos sempre ter em conta que este *habitus* descrito por Bourdieu é formado e constituído ao longo do tempo, sendo sempre dado em uma esfera relacional com o seu tempo. O *habitus* nunca atua sozinho dependendo também das demandas impostas pelo campo. Segundo Butler: "A distinção entre o *habitus* e o campo é sempre

⁶⁰ "The practical sense is a sense of the body, where this body is not a mere positive datum, but the repository or the site of incorporated history."

tênue, porém, uma vez que o *habitus* não encontre meramente o *campo*, assim como um fenômeno subjetivo encontra uma compensação objetiva.⁶¹” (BUTLER, 1998, p.117). O *habitus* não é simplesmente um sistema apreendido através das práticas sociais, ele deriva de um processo mimético, e ao mesmo tempo em que se dá a aquisição mimética de uma norma uma certa resistência à esta é produzida, a identificação com esta norma não surtirá efeito enquanto a norma não estiver totalmente incorporada ou que seja completamente, de fato, incorporável. Esta resistência a uma determinada norma é efeito de uma aquisição incompleta da norma, sendo assim, uma resistência em incorporar as práticas por meio quais esta norma age. Assim, o *habitus* é composto por práticas que são incorporadas por sujeitos e este sujeito, ao as incorporar, tem como o corpo o lugar próprio da “história incorporada”, não estando sujeito a um domínio “objetivo”, mas tem essa “objetividade” incorporada como a condição formativa de seu próprio ser.

Em sua obra, Bourdieu cria uma distinção entre os domínios subjetivos e objetivos da prática com o intuito de ilustrar a convergência necessária dos dois domínios e a sua irredutibilidade um ao outro. Para Butler:

Ao presumir um campo objetivo ou o “mercado” como um contexto preexistente, por um lado, e um sujeito espacialmente posicionado nesse contexto, por outro, são sustentados na própria noção de prática, constituindo um dualismo intelectualista no cerne de uma atividade prática que pode muito bem promulgar a refutação desse mesmo dualismo. A distinção entre a prática social e a linguística que surge no contexto das várias observações de Bourdieu sobre atos de fala performativos sugerem que não só esta distinção é tênue, mas que mantém consequências significativamente restritivas para sua compreensão da performatividade como discurso político.⁶² (1998, p.119)

⁶¹ “The distinction between the *habitus* and the field is a tenuous one, however, since the *habitus* does not merely encounter the *field*, as a subjective phenomenon encounters a countervailing objective one.”

⁶² “The presumptions of an objective field or the “market” as a preexisting context, on the one hand, and a subject spatially positioned in that context, on the other hand, are sustained in the very notion of practice, constituting an intellectualist dualism at the core of a practical activity that may well enact the refutation of that very dualism.

As performances sociais ritualizadas e sedimentadas através do tempo são fundamentais para os processos de formação dos sujeitos e sua incorporação em um *habitus* participatório. Ser nomeado como sujeito por uma interpelação social é ser constituído discursivamente e socialmente ao mesmo tempo. Isto nos mostra que a formação social do sujeito onde o cenário dramático de encontro entre o *habitus* e o social reduz essa relação ingênua e falsa a uma exterioridade epistemológica. Segundo Bourdieu, este *habitus* linguístico performativo é o *habitus* do discurso oficial do Estado ou do discurso oficial em geral. Para Butler, a distinção entre um *habitus* linguístico e um social gera a questão de que se o social que é interno ao linguístico é auto idêntico ao social ou se, em virtude de sua instrumentalidade, se torna uma dimensão específica da própria linguística. Assim: “existe uma capacidade linguística, considerada como um potencial abstrato e infinito, que é então submetido a uma capacidade social para usar essa competência adequadamente em uma determinada situação.”⁶³ (1998, p.121). Esta capacidade linguística é determinante das possibilidades de um sujeito possuir o direito ao discurso, mas para Bourdieu está claro que nem todos os atos performativos “agem” e que nem todos que possuem o direito de falar podem participar da autorização aparentemente divina pela qual o performativo trabalha sua magia social e obriga o reconhecimento coletivo de sua autoridade. Assim, o direito de poder falar não implica necessariamente em um reconhecimento da autoridade do discurso. Esta diferença entre estar autorizado a falar e o discurso de autoridade, faz Butler se questionar sobre a possibilidade de sujeitos (ou pré-sujeitos) que estão desautorizados a falar poderem falar dentro das esferas do espaço público.

Para Butler, o que Bourdieu não percebe é que a "magia social" do performativo se dá no campo extralinguístico e este é marcado pelas "condições institucionais" e se figura de forma produtiva e mimética em relação às práticas linguísticas que ele autoriza. E como isto só se dá dentro dos limites temporais, devemos pensar que as posições sociais são produzidas e reproduzidas dentro da temporalidade das próprias posições.

The distinction between social and linguistic practice that emerges in the context of Bourdieu's various remarks on performative speech acts suggests not only that this distinction is a tenuous one, but that it holds significantly restrictive consequences for his understanding of performativity as political discourse.”

⁶³ “There is a linguistic capacity, considered as an abstract and infinite potential, that is then subjected to a social capacity to use this competence adequately in a determinate situation.”

Estes discursos acabam, por sua reprodução através do tempo, transfigurando *doxa* em algo que é tido como realidade objetiva; para isto, basta perceber os discursos contra os sujeitos tidos como de vida precária.

Basta considerar como os insultos raciais ou de gênero vivem e prosperam dentro da carne de seus destinatários e como esses insultos se acumulam ao longo do tempo, dissimulando sua história, assumindo a aparência do natural, configurando e restringindo a *doxa* que conta como "realidade".⁶⁴

A questão do performativo não é apenas um ato usado por um sujeito pré-dado, mas é uma forma poderosa nas quais os sujeitos são chamados a serem sociais, inaugurando-se na socialidade por uma variedade de interpelações difusas e poderosas. Neste sentido, o performativo não é apenas uma prática ritual, mas sim um dos mais influentes rituais pelos quais os sujeitos são formados e reformulados. Assim, mas palavras de Butler:

Se o *habitus* é duplamente formador e formado e se tais interpelações são fundamentais para a formação e seus efeitos formativos, então as interpelações sociais serão performativas na ordem do *habitus* e seus efeitos não serão nem linguísticos nem sociais, mas indistinguívelmente - e com força - ambos.⁶⁵ (1998, p.126)

Muitas são as divergências e convergências entre as teorias de Bourdieu e Butler, mas um ponto em que os dois concordam é de que existe um campo de forças em que sempre se produzirá sujeitos com menor ou nenhum espaço de fala e, que estes serão de alguma forma dominados por aqueles que possuem suas falas autorizadas pelos aparelhos discursivos. Enquanto para Butler estes "pré-sujeitos" a partir de atos subversivos possuem meios de adentrar no espaço do discurso,

⁶⁴ "One need only to consider how racial or gendered slurs live and thrive in and as the flesh of the addressee, and how these slurs accumulate over time, dissimulating their history, taking on the semblance of the natural, configuring and restricting the *doxa* that counts as 'reality'."

⁶⁵ "If the habitus is both formed and forming, and if such interpellations are central to both that formation and its formative effects, then social interpellations will be performatives on the order of the habitus, and their effects will be neither linguistic nor social, but indistinguishably - and forcefully - both."

para Bourdieu, como estruturalista, as estruturas são rígidas havendo poucos espaços para o rompimento destas. Assim, tanto para Bourdieu quanto para Butler, a história das sociedades ocidentais é fortemente marcada pela presença de uma estrutura familiar e social baseada no patriarcado. O patriarcado se assenta na crença da autoridade masculina, excluindo das relações de poder todos os que não se enquadram no padrão de masculinidade imposto, sendo assim, o que sobra ao restante é a subordinação e a obediência. O conceito de patriarcado se baseia em uma construção cultural assim como o mito da superioridade masculina⁶⁶, sendo estes dois interdependentes, pois o modelo social patriarcal apoia-se no mito da superioridade masculina para validar seu poder. O que se busca aqui é compreender como essa construção cultural se tornou padrão em nossa sociedade sendo naturalizada a ponto de não percebermos sua ação no cotidiano, deixando profundas marcas em nossa sociedade.

⁶⁶ O mito da superioridade masculina acarreta consequentemente a ideia de inferioridade feminina, o que exclui todos os que não se enquadram em um padrão físico de masculinidade (ou seja, que não sejam adultos do sexo masculino).

6 CONTEXTUALIZANDO A OBRA DE BUTLER

Neste último capítulo, continuaremos a falar de autores que fazem parte do referencial teórico utilizado na obra de Butler e de como estes deixaram sua marca na forma como a autora escreve e nos conceitos por ela utilizados. Butler dialoga com uma gama bastante extensa de autores, alguns dos quais ela não cita diretamente e outros tantos que se fazem presentes constantemente em sua obra. Como dito na crítica feita por Nussbaum citada acima, Butler dialoga com Michel Foucault, Freud, Louis Althusser, com a teoria lésbica de Monique Wittig, a antropóloga norte americana Gayle Rubin, Jacques Lacan, J.L. Austin, o filósofo norte americano da linguagem Saul Kripke, entre tantos nomes que se fazem presentes no contexto da obra de Butler. Autores estes que possuem diversos pontos em que suas teorias divergem ou até mesmo são contraditórias, o que torna para um leitor mais desatento a leitura da obra de Butler bastante confusa, pois esta é repleta de conceitos que muitas vezes não são explicados.

Ao longo de sua obra, Butler cita várias vezes que é importante se colocar como autor-sujeito de seu texto e encarar as responsabilidades disso, como podemos ver logo no prefácio do “Gender Trouble” em que ela diz:

“A filosofia é o mecanismo disciplinar dominante a mobilizar presentemente esta autora-sujeito, embora muito raramente apareça dissociada de outros discursos. Esta investigação busca afirmar estas posições nos limites críticos da vida disciplinar. A questão não é permanecer marginal, mas participar de todas as redes de zonas marginais geradas a partir de outros centros disciplinares, que, juntas, constituam um deslocamento múltiplo dessas autoridades. A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e a radicalizar a noção de crítica feminista” (2015, p.13)

Em outras palavras, a forma como Butler escreve e utiliza seu arcabouço teórico é imposta pelo próprio conceito que ela busca trabalhar, pois gênero demanda uma variedade de conceitos justamente por sua estrutura complexa e radicalmente aberta a novos significados. Assim, quando

Butler fala, é ela que se posiciona em seu texto (vide página 17) e mesmo quando ela utiliza conceitos de outros autores, ela os está utilizando a partir de todo seu conhecimento prévio. Desta maneira, o trabalho de Butler se caracteriza por criar pontes entre os diversos conceitos que aparecem em sua obra.

Entre os autores encontra-se a obra de Bourdieu que é fundamental para se compreender a teoria da performatividade de gênero e o modo como esta atua sobre os corpos em Butler; mas, como dito anteriormente, Bourdieu ainda está preso a regras estruturalistas. Em contrapartida ao estruturalismo apresentado por Bourdieu podemos pegar como exemplo a obra da pesquisadora brasileira Guacira Lopes Louro, que pauta sua discussão a respeito da construção social de gêneros a partir de uma perspectiva pós-estruturalista baseando-se principalmente na obra de Michel Foucault. Segundo ela, os estudos feministas estiveram sempre centralmente preocupados com a relação de poder dos casos a partir de uma concepção de um homem dominante versus uma mulher dominada, como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente. A partir da leitura de Foucault, ela evidencia as relações de poder como uma rede capilar que se constitui por toda a sociedade. Em suas palavras:

No contexto desse referencial teórico, fica extremamente problemático aceitar que um pólo tem o poder — estavelmente — e outro, não. Em vez disso, deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações. Torna-se central pensar no exercício do poder; exercício que se constitui por "manobras", "técnicas", "disposições", as quais são, por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas (LOURO, 1998, p. 38).

Para ela, nas relações entre homens e mulheres há sempre negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças, não se caracterizando como uma rede estável. Neste ponto de seu texto, ela cita diretamente Foucault dizendo: "lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (FOUCAULT, 1988: p. 91). Outro ponto importante percebido por Foucault é o de que nem sempre as relações de poder são negativas, ele percebe seu papel produtivo e positivo: "O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também "faz", produz, incita" (LOURO, 1998: p. 40).

Foucault, em sua obra “Microfísica do poder” investiga as condições histórico-filosóficas de existência das ciências do homem, situando-as em relação a outros saberes da modernidade. Neste livro, composto por uma coletânea de artigos, cursos, entrevistas e debates, Foucault cita a construção das vilas operárias no início da era industrial e sua falta de aceitação pelos trabalhadores, por isto a tática de convencimento das mulheres:

Este tipo de vigilância e de enquadramento desenvolveu-se primeiro nos setores mecanizados que utilizavam mulheres ou crianças, portanto pessoas habituadas a obedecer: a mulher a seu marido, a criança à sua família. Mas nos setores, digamos viris, como a metalurgia, a situação é completamente diferente (FOUCAULT, 1979: p. 225).

Fica claro neste trecho que impor a relação de poder às mulheres é mais fácil pois estas já estão socialmente construídas para obedecerem a ordens.

De acordo com obras feministas, inclusive de Simone de Beauvoir, Foucault coloca a visão dada sobre as mulheres e à sua sexualidade a partir de um prisma de patologização, vendo as mulheres resumidas apenas ao seu sexo. Mas, a partir disto, os movimentos feministas tiraram seu fôlego para construir sua singularidade e especificidade.⁶⁷

As relações de poder não partem de um determinado ponto exclusivo e essencial, sendo constituídas em um feixe de relações mais ou menos organizadas, que emana de diversos pontos atingindo a todos

⁶⁷ Nas próprias palavras de Michel Foucault (1979, p. 234): “Certamente. Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. ‘Vocês são apenas o seu sexo’, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. ‘Vocês são a doença do homem’. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência. Tentarei mais tarde fazer a história desta imensa ‘ginecologia’, no sentido amplo do termo.

Ora, os movimentos feministas aceitaram o desafio. Somos sexo por natureza? Muito bem, sejamos sexo mas em sua singularidade e especificidade irredutíveis. Tiremos disto as conseqüências e reinventemos nosso próprio tipo de existência, política, econômica, cultural... Sempre o mesmo movimento: partir desta sexualidade na qual se procura colonizá-las e atravessá-las para ir em direção a outras afirmações.”

na sociedade. Apropriando-nos novamente das palavras de Foucault (1979, p. 234):

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder que teria por função refazer o que um Boulainvilliers ou um Rousseau quiseram fazer. Todos os dois partem de um estado originário em que todos os homens são iguais, e depois, o que acontece? Invasão histórica para um, acontecimento mítico-jurídico para outro, mas sempre aparece a idéia de que, a partir de um momento, as pessoas não tiveram mais direitos e surgiu o poder. Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder.

Buscamos aqui falar a respeito das relações de poder e do domínio simbólico que concede aos homens papel superior às mulheres em nossa sociedade. Este domínio se dá de forma tão efetiva que sua reprodução muitas vezes não nos é percebida. Falar desta dominação masculina é falar de uma construção histórica e de como esta se impregnou em nosso inconsciente de forma a ser tratada como algo natural e imutável. Apesar da relação de poder ser sempre baseada em uma relação de forças contrárias, o domínio masculino se dá de uma forma tão eficiente que os dominados ao invés de perceberem a dominação e lutarem contra ela acabam reafirmando suas estruturas. É neste ponto que os estudos de gênero pós-estruturalistas criticam a obra de Bourdieu, pois este, ao afirmar as estruturas, não dá a possibilidade de transcendê-las o que

acarretaria em uma manutenção perpétua de seu status de poder. Apesar da principal obra de Butler ser anterior ao texto de Bourdieu aqui trabalhado, ela pensa o feminismo a partir de uma perspectiva mais contemporânea ao defender a importância das diferentes identidades e dos diferentes fatores na construção do indivíduo. Ao pensar os diferentes fatores na construção do que chamamos de “mulheres” e o gênero como ato performativo, Butler ultrapassa os conceitos elaborados na tradição feminista pensando o mundo a partir de sua multiplicidade e não de sua identidade, dando possibilidade, assim, de um transcender das estruturas básicas de dominação.

Entender as estruturas de dominação masculina (Bourdieu) e entender as forças que sobre elas atuam (Foucault) é fundamental para se entender a teoria da performatividade de gênero de Butler. A dominação masculina está na base da estrutura do patriarcado que atua como um campo de força discursivo que age diretamente sobre os sujeitos e sobre como estes se constroem.

6.1 BOURDIEU E A DOMINAÇÃO MASCULINA

Para se construir um ideal de superioridade masculina foi necessário, durante o passar do tempo, diferentes maneiras de se suprir esta crença de forma que ela se mantivesse viva no imaginário coletivo, transformando assim *doxa* em realidade social. Ao se construir um ideal de masculino, deve-se ao mesmo tempo construir um ideal de feminino, este sendo uma negação do ideal dominante. Nossa história é marcada por diversas dicotomias⁶⁸; entre estas, uma das mais marcantes é a de dominante/dominado, onde o homem como “sexo forte” é visto como dominante relegando às mulheres o papel de dominadas. Esta construção tem suas bases em um domínio simbólico onde diversos mecanismos foram sendo construídos para justificar esta dominação. Estes mecanismos fundamentam-se em crenças e mitos criados a respeito da masculinidade e da feminilidade, ou seja, da dicotomia básica entre

⁶⁸ Iain Mackenzie cita Hélène Cixous quando esta se pergunta onde está representado o feminino dentro das oposições binárias: “Em famosa crítica literária e filosófica, Cixous pergunta: ‘Onde está ela?’ nas seguintes oposições binárias que são recorrentes nos clássicos literários: ‘atividade/passividade, sol/lua, cultura/natureza, dia/noite, pai/mãe, cabeça/coração, inteligível/sensível, *logos/pathos*’, e finalmente ‘homem/mulher’. Está claro, diz ela, que ‘o pensamento sempre operou por meio da oposição... mediante oposições duais, hierarquizadas.’” (CIXOUS, 1981 apud MACKENZIE, 2001, p.158)

macho/fêmea, criando assim, diferentes papéis sociais a serem desempenhados por estes sexos. Sempre reforçando o ideal de superioridade masculina e delegando às mulheres papéis vistos como inferiores em nossa sociedade.

Bourdieu é um autor fundamental para se entender como as estruturas da dominação são colocadas e impostas em nossa sociedade. Em 1998 Bourdieu publica “*La domination masculine*”, livro onde desenvolve uma análise sociológica das relações sociais entre os sexos, procurando explicar as causas da persistência da dominação masculina sobre as mulheres em todas as sociedades humanas; para isto, baseia-se em uma análise antropológica da sociedade berbere da Cabila⁶⁹, onde encontra certos padrões que são repetidos dentro das sociedades ocidentais contemporâneas. Logo na introdução percebemos a ideia central da obra:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2003: 07).

A dominação masculina se dá não através da força, mas sim a partir de um mecanismo simbólico conhecido e admitido tanto por dominadores quanto por dominados; este mecanismo é a própria língua repleta de signos que dão força à dominação. Um conceito básico para se entender a dominação masculina é o de falocentrismo, que Bourdieu excede como “falonarcisismo”, ponto fundamental da cosmologia androcêntrica. Este conceito é fundamental dentro das teorias feministas por exprimir a importância dada ao órgão sexual masculino e como este se tornou um mecanismo simbólico na dominação. Segundo Simone de Beauvoir (1970, p. 59):

⁶⁹ Cabila é um termo de origem árabe usado para designar as tribos árabes e berberes do Norte de África.

Ora as palavras são tomadas em seu sentido mais restrito — o termo *falo*, por exemplo, designando muito precisamente a excrescência carnosa que é o sexo do macho — ora num sentido indefinidamente ampliado e adquirindo um valor simbólico. Então, o *falo* exprimiria todo um conjunto do caráter e da situação *viris*.

Assim, o *falo* representa todos os papéis masculinos a serem desempenhados na sociedade. Segundo Bourdieu, o programa social de percepção incorporado se aplica a todas as coisas do mundo, e em primeiro lugar ao corpo em si, em sua realidade biológica, o domínio simbólico encontra sua maior eficácia dentro das características corporais. Entre os corpos masculinos e femininos, especialmente a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode parecer como a justificação natural da diferença socialmente estabelecida entre os sexos, especialmente na divisão sexual do trabalho.

(...) as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher. (BOURDIEU, 2003: p. 24).

Existe uma clara diferença entre os papéis desempenhados por homens e mulheres em nossa sociedade, esta diferenciação busca as bases de sua justificação na distinção biológica dos corpos.

A visão androcêntrica do mundo se estabelece como neutra⁷⁰ como vemos claramente nas palavras de Bourdieu: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.” (BOURDIEU, 2003: p. 18). É no

⁷⁰ A ideia do sexo masculino como neutro se encontra também na obra de Simone de Beauvoir:

“O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.” (1970, p. 9)

aspecto da neutralidade que a ordem masculina encontra suas forças, pois se mostra como algo imutável e não como uma construção cultural.

O sexo é ponto crucial na questão da dominação simbólica. Segundo Bourdieu, a vagina permanece como fetiche sendo tratada como algo sagrado, secreto, um tabu, constituindo a razão que o sexo permaneça estigmatizado dentro da consciência comum e do direito, impedindo que as mulheres se entreguem à prostituição como um trabalho. A intervenção do dinheiro representa o erotismo masculino associado à busca da força e o exercício brutal de poder sobre os corpos reduzidos à condição de objetos e sacrilégio que consiste em transgredir a lei segundo a qual o sexo só pode ser dado em um ato de oferenda exclusivamente gratuito, supondo assim a exclusão da violência. O papel masculino no sexo⁷¹, o de ativo, está impregnado de uma carga simbólica: “De modo geral, possuir sexualmente, como em francês *baiser* ou em inglês *to fuck*, é dominar no sentido de submeter a seu poder, mas significa também enganar, abusar ou, como nós dizemos, "possuir" (ao passo que resistir à sedução é não se deixar enganar, não se deixar "possuir")” (BOURDIEU, 2003: p. 29). O sexo então representa o desejo de possessão masculina, sendo um fator importante as posições desempenhadas no ato sexual, onde geralmente o homem se encontra por cima da mulher. O sexo é um ato de dominação aceito socialmente para Bourdieu (2003, p. 31):

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo — o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.

Os diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres representam uma forma de organização simbólica que vai além da necessidade da reprodução biológica, eles acarretam em uma divisão sexual do trabalho e, mais profundamente, de todos os aspectos da vida social:

⁷¹ O homem é quem possui sexualmente a mulher representando o papel de ativo durante a relação sexual, enquanto a mulher representa o papel de passivo.

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. (BOURDIEU, 2003: p. 33).

Estes diferentes papéis são construídos desde a infância e baseiam-se em ritos, que no caso masculino remetem à virilidade. Entre estes ritos encontram-se também os jogos infantis, em especial os que possuem uma conotação sexual mais ou menos evidente; estes estão saturados de conotações éticas, muitas vezes inscritas na linguagem. Existem diversos ritos que marcam a passagem do garoto para a fase adulta onde ele se insere em um quadro de virilidade, estes ritos são marcados pela negação do garoto à sua mãe e a proteção que ela representa; um exemplo de um rito de passagem dentro da sociedade ocidental é o da circuncisão.

Para Bourdieu a própria palavra virilidade representa em nossa sociedade o conceito de virtude, em suas palavras: “A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quiddidade do *vir*, *virtus*, questão de honra (*nif*), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física (...)” (BOURDIEU, 2003: p. 20). Assim, representar esta virilidade significa propriamente representar o que é visto como superior, em contrapartida, a feminilidade seria a representação do que é visto como inferior. Tanto homens como mulheres não conseguem ver que a lógica da dominação é a que consegue impor às mulheres, na mesma medida que as virtudes ditadas pela moral, todas as propriedades negativas que a visão dominante atribui a sua “natureza”, como a astúcia ou a intuição.

O simbólico está tão inscrito nos indivíduos que quase nunca é percebido; devido a suas disposições, é produto da assimilação de um “preconceito desfavorável” ao feminino que está inscrito na ordem das coisas. As mulheres, por conta da inserção nos mecanismos simbólicos, acabam confirmando este preconceito. Os esquemas de dominação simbólicos são construídos de forma objetiva e, acordados por todos funcionam como percepções, tanto dos pensamentos como das ações de todos os membros da sociedade, transcendentais e históricas, que ao serem universalmente compartilhados, são impostos a qualquer agente

como transcendentais. As estruturas de dominação são vistas em nossa sociedade como algo eterno e imutável, nas palavras do autor:

(...) eternizar a estrutura de dominação masculina descrevendo-a como invariável e eterna. Ora, longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que *elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado (BOURDIEU, 2003: p. 46).

Os dominados aplicam às relações de dominação categorias construídas a partir do ponto de vista dos dominadores, deste modo fazendo parecê-las como estruturas naturais, isto pode levar a uma espécie de auto depreciação.

Para Bourdieu, ao entendermos a dominação como simbólica tiramos dela seu caráter de real e não percebemos suas consequências efetivas: “Ao se entender "simbólico" como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente "espiritual" e, indiscutivelmente, sem efeitos reais.” (BOURDIEU, 2003: p. 46). Assim, a força simbólica é uma forma de poder que se exerce diretamente sobre os corpos à margem de qualquer coação física: “Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem (...)” (BOURDIEU, 2003: p. 54).

Enquanto as mulheres dentro dos esquemas de dominação são submetidas a um trabalho de socialização que tende a enfraquecê-las, negá-las, praticando a aprendizagem de virtudes negativas como a abnegação, a resignação, o silêncio, os homens também são prisioneiros e vítimas da representação dominante. O desempenhar dos dois papéis, tanto masculino quanto feminino, são sempre inseridos em uma lógica de dominação repleta de obrigações e responsabilidades. Este processo de dominação converte as mulheres em objetos simbólicos, “cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica.” (BOURDIEU, 2003: p. 82). Isso representa a negação do corpo feminino sempre ligado ao impuro. Enquanto a socialização implica aos homens a amarem os jogos de poder, implica as mulheres a amarem os homens que

os jogam. Desde o nascimento, tanto homens como mulheres se encontram inseridos dentro da realidade simbólica, primeiro na família e depois passando por outras instituições que reafirmam a dominação.

Entendendo a dominação como um processo histórico, Bourdieu faz a seguinte pergunta (2003, p. 100):

E como registrar esta aparente perenidade, que contribui igualmente, e muito, para conferir a uma construção histórica feições de uma essência natural, sem nos expormos a ratificá-la inscrevendo-a na eternidade de uma natureza?

Segundo ele, está claro que na história o eterno só pode ser o produto de um trabalho histórico de eternização, assim a história dos agentes e das instituições (Escola, Estado, Igreja...) contribui e para assegurar a permanência do modelo de dominação. Neste, o Estado possui papel fundamental pois converte a família patriarcal em “princípio e modelo da ordem social como ordem moral (...)” (BOURDIEU, 2003, p. 105).

As mudanças sociais ocorridas em nossa sociedade, principalmente no século XX, vêm alterando a realidade objetiva da dominação, conferindo às mulheres uma maior liberdade: ponto fundamental disto é o acesso das mulheres ao ensino médio e superior, ao trabalho assalariado e, a partir disto, à esfera pública. Assim, a instituição escolar tem papel decisivo na transformação da reprodução da diferença entre os sexos. Apesar destas transformações, tanto homens quanto mulheres ainda não possuem o mesmo status dentro de nossa sociedade, as mulheres “continuam vendo-se praticamente excluídas dos cargos de autoridade e de responsabilidade, sobretudo na economia, nas finanças e na política.” (BOURDIEU, 2003: p. 108). A cada nível de igualdade formal entre homens e mulheres tende a disfarçar que as mulheres sempre ocupam posições menos favorecidas, novamente nas palavras de Bourdieu (2003, p. 110): “(...) são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas (...)”. À medida que a mulher assume novos postos dentro da sociedade, ela busca expulsar toda conotação sexual de sua *hexeis* corporal e de sua indumentária, deixando de lado sua feminilidade para assumir postos maiores na hierarquia de poder. Parte disto se encontra na visão androcêntrica na qual as funções adequadas às mulheres são sempre prolongamentos da própria casa e o fato de que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens. Assim, dentro da estrutura social, as mulheres são destinadas à função de celebrar

ritualmente os ritos de parentesco e de assegurar a manutenção das relações sociais.

Em “A Dominação Masculina”, Bourdieu se esforça em referir-se ao inconsciente que governa as relações sexuais, atribuindo diferentes papéis para homens e mulheres dentro de nossa sociedade. Segundo ele (2003 p.123): “A sexualidade, tal como a entendemos, é efetivamente uma invenção histórica, mas que se efetivou progressivamente à medida que se realizava o processo de diferenciação dos diferentes campos e de suas lógicas específicas.”

Este livro recebeu profundas críticas principalmente por parte de pensadores da corrente pós-estruturalista, por apresentar as diferenças entre os gêneros de uma forma determinista e se esquecendo diversas vezes das relações de poder explicitadas na obra do filósofo francês Michel Foucault. Apesar de ser um livro recente, Bourdieu não se apega às teorias feministas para desempenhar sua obra, por isto é visto muitas vezes como um texto preconceituoso. Mas, apesar de todas as críticas, esta obra possui um importante papel ao descrever as estruturas simbólicas da dominação e explicitá-las como uma construção histórica sujeita à alteração.

6.2 ATOS CORPORAIS SUBVERSIVOS

Para ajudar a compreensão do leitor deste trabalho, falaremos aqui de três autores que aparecem constantemente na obra de Judith Butler e aos quais ela dedica o terceiro capítulo do “Gender Trouble” intitulado “Atos corporais subversivos” onde ela começa falando a respeito da obra da filósofa e linguista búlgaro-francesa Julia Kristeva. A teoria de Kristeva é marcada pela ideia de corpo-política e pela ideia da lei paterna presente na obra de Lacan. Segundo ela, existiria uma forma de subverter a lei paterna e esta seria a linguagem poética presente nos discursos femininos. Em um segundo momento, Butler faz uma análise dos diários de Herculine Barbin redescobertos por Michel Foucault quando este fazia a pesquisa para o seu livro “História da Sexualidade”. Os diários foram publicados em inglês em 1980 com o título “Herculine Barbin: Being the Recently Discovered Memoirs of a Nineteenth-century French Hermaphrodite” e continuam o prefácio escrito por Foucault. A partir destes escritos Butler analisa a ideia de uma política de descontinuidade sexual, na qual ela crítica a ideia posta por Foucault de que sexo e poder seriam o mesmo, pois sexualidade não depende diretamente do corpo em que está inscrita. Por último, Butler analisa a obra da feminista francesa Monique Wittig a partir das ideias de desintegração corporal e sexo

fictício. Para Wittig, as questões relativas a sexo/gênero são estritamente dependentes da linguagem e esta está baseada em um sistema no qual impera a heterossexualidade compulsória, assim, para ela, a figura da lésbica seria uma possibilidade de subversão a este sistema, pois além de ser mulher esta não se insere dentro dos limites da heterossexualidade.

Butler traça uma linha entre estes três autores, partindo a ideia de Kristeva em relação ao papel privilegiado que a maternidade possui dentro da cultura paterna que exclui a homossexualidade feminina. Para se opor a esta ideia Butler se utiliza da descontinuidade sexual que se apresenta em Herculine, pois esta, como hermafrodita, ia além das categorias de sexo e gênero cerceadas pelos limites do binário. Chegando assim, ao proposto por Monique Wittig que vê a homossexualidade como estrutura sexual que vai além dos limites impostos pela heterossexualidade compulsória, principalmente a homossexualidade feminina, ao enquadrar tanto a abjeção pela mulher quanto pela homossexualidade, extrapola os limites de heterossexualidade masculina como agente universal. Apesar da ressalva de que a “lésbica” poderia se tornar uma categoria compulsória como é a heterossexualidade, Butler ressalta a importância de Wittig ao romper com os limites binários entre sexo e gênero e nos mostrar a não naturalidade do sexo e de como gênero e sexo estão ligados no interior do sistema linguístico.

6.2.1 A corpo-política de Julia Kristeva

A teoria a respeito da dimensão semiótica da linguagem de Kristeva parte de premissas lacanianas. Segundo Butler, para Lacan “a lei paterna estrutura toda a significação linguística, chamada ‘o Simbólico’, e assim se torna o princípio organizador universal da própria cultura.” (2015, p.141). Kristeva questiona a ideia lacianiana de que significados culturais requerem o recalçamento primário com o corpo materno e é neste questionamento que surge um conceito chave na obra de Kristeva: para ela, o “semiótico” é uma dimensão da linguagem dada justamente por essa ligação com o corpo materno. É a partir do semiótico que surge o que ela denomina “linguagem poética” que é justamente esta recuperação do corpo materno.

Butler critica a forma como Kristeva coloca a ideia de que a linguagem poética pode ser algo que vá além do Simbólico baseado na lei paterna, pois não estaria claro na obra de Kristeva como isto se daria, para Butler, os efeitos subversivos destas pulsões primárias tendem a ser apenas rupturas temporárias do sistema hegemônico da lei paterna. Para

Kristeva, o semiótico se dá como uma erosão do sistema Simbólico, nas palavras de Butler:

Se o Simbólico e o semiótico são entendidos como duas modalidades de linguagem, e se se compreende que o semiótico é geralmente reprimido pelo Simbólico, então, para Kristeva, a linguagem é entendida como um sistema em que o Simbólico permanece hegemônico, exceto quando o semiótico rompe ou perturba o seu processo significante por via de elisão, repetição, sons isolados e multiplicações de significados, por meio de imagens e metáforas indefinidamente significantes. (2015, p.147)

Desta maneira, a modalidade semiótica da linguagem está inserida dentro de um “resgate poético do corpo materno”. Assim, a linguagem poética, segundo Kristeva, possui caráter subversivo, pois contribui para violar determinadas regras das línguas nacionais.

A linguagem poética sugeriria uma dissolução do sujeito significante coerente dentro da continuidade primária, esta que se dá pelo corpo materno. Assim, para Kristeva, a maternidade é fundamental para este processo subversivo da linguagem, em suas palavras: “Ao dar à luz, a mulher entra em contato com sua mãe; ela se torna, ela é sua própria mãe; elas são uma mesma continuidade a diferenciar-se” (KRISTEVA, 1980, p.239 apud BUTLER, 2015, p.149). A ideia de que poesia e maternidade representam práticas privilegiadas no interior da cultura paterna cria a exclusão da homossexualidade feminina, que segundo Kristeva, se caracteriza como a emergência da psicose na cultura. “Para as mulheres, entretanto, essa homossexualidade é manifesta na linguagem poética, a qual se torna, de fato, a única forma do semiótico, além do parto, que pode ser sustentada nos termos do simbólico.” (2015, p.150). O semiótico, assim, só pode se estruturar dentro da lei paterna, sendo um modo subversivo da própria lei que o cria e o sustenta. Desta maneira, é impossível uma recusa plena do Simbólico, pois é este que dá suporte à existência do semiótico.

Consequentemente a subversão de uma cultura paternalmente sancionada não pode vir de uma outra versão da cultura, mas somente do interior recalcado da própria cultura, da heterogeneidade de pulsões que constitui a base oculta da cultura.

Essa relação entre as pulsões heterogêneas e a lei paterna produz uma visão excessivamente problemática da psicose. Por um lado, designa a homossexualidade feminina como uma prática culturalmente inteligível, inerentemente psicótica; por outro lado, dita uma noção da maternidade como defesa compulsória do caos libidinal. (2015, p.152)

O que Butler vê é que a ideia do semiótico de Kristeva como um ato que subverte a lei paterna e que rompe com o Simbólico não pode existir, pois “embora o semiótico seja uma possibilidade de linguagem que escapa à lei paterna, ele permanece inevitavelmente dentro ou, a rigor, abaixo do território dessa lei.” (2015, p.155). Assim, o semiótico não só estaria inserido no Simbólico, como seria inferior à esta dimensão baseada na lei paterna. Para fundamentar sua crítica a Kristeva, Butler se apoia na obra de Foucault que sua “História da sexualidade” adverte contra o uso da categoria sexo como “unidade fictícia”. Para este autor, o corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder. Assim, a economia libidinal materna se daria dentro de um contexto histórico da sexualidade e, este discurso da sexualidade é impregnado de relações de poder, sendo a verdadeira base do corpo materno pré-discursivo.

Butler percebe que Kristeva coloca a instituição da maternidade como sendo compulsória para as mulheres, em suas palavras: “Aliás, a lei claramente paterna que sanciona e exige que o corpo feminino seja primariamente caracterizado nos termos de sua função reprodutora está inscrita nesse corpo como a lei de sua necessidade natural” (2015, p.163). Assim, “o corpo feminino que Kristeva busca exprimir é ele próprio um construto produzido pela lei que supostamente deve questionar” (2015, p.164). Assim, a dimensão semiótica que deveria subverter a lei paterna acaba por reforçar o sistema Simbólico, nas palavras de Butler: “O corpo feminino liberto dos grilhões da lei paterna pode se mostrar apenas uma outra encarnação dessa lei, que posa de subversiva, mas opera a serviço da autoampliação e proliferação da lei” (2015, p.164)

6.2.2 Foucault, Herculine e a política da descontinuidade sexual

Nesta segunda parte, Butler faz uma análise da pequena introdução escrita por Foucault na publicação dos diários de Herculine Barbin que viveu entre 1838 e 1868 na França, Herculine em seu nascimento foi

classificada como mulher. Apesar de pertencer a uma família pobre, Herculine estudou em um colégio interno no convento de Ursuline, foi neste colégio que começou a ter suas primeiras experiências sexuais; em sua puberdade Herculine não teve sua menarca, seus seios não começam a crescer e os pelos sobre seus lábios eram notáveis. Em 1857, Barbin recebe um cargo como professora assistente quando se apaixona por outra professora, Sara que viria a ser sua amante. Em 1860 ela busca ajuda médica quando se descobre que no interior de sua pequena vagina se encontravam um pênis e testículos atrofiados, Herculine foi diagnosticada como hermafrodita, algo que no século XX ficou conhecido como pseudo-hermafroditismo masculino. Após decisão jurídica, Barbin se torna legalmente homem, passando a usar o nome de Abel Barbin, mas mesmo depois de mudar de nome, ela continuava a relatar a si mesma pelo pronome feminino. Em 1868, Herculine foi encontrada morta em sua casa em Paris, ela cometeu suicídio inalando o gás de seu fogão. Butler percebe que existe uma contradição entre o que Foucault coloca no prefácio dos diários de Herculine com o que ele apresenta em sua “História da sexualidade 1”. Neste texto, Foucault afirma que os prazeres corporais não são meramente redutíveis à essência aparentemente específica do sexo, mas tornam-se interpretáveis como manifestações ou signos desse sexo. O que ele propõe é que a sexualidade é um sistema aberto e complexo de discurso de poder; na introdução de Herculine parece haver uma multiplicidade de prazeres em si que não são efeitos de qualquer interação específica de discurso de poder. O que Butler percebe, é que Foucault “insiste oficialmente em que a sexualidade e o poder são coextensivos, e em que não devemos pensar que, ao dizermos sim ao sexo, estamos dizendo não ao poder” (2015, p.170). Para Butler, “Os diários de Herculine fornecem uma oportunidade de ler Foucault contra ele mesmo, ou talvez, mais apropriadamente, de denunciar a contradição que constitui esse tipo de convocação antiemancipatória à liberdade sexual.” (2015, p.170).

A forma como Herculine relata suas experiências sexuais e suas descobertas dos prazeres corpóreos, os quais ela chama de prazeres “bucólicos” e “inocentes”, mostra uma forma de sexualidade que vai além da exposta por Foucault em sua “História da sexualidade 1”, pois, “esses prazeres estão desde sempre embutidos na lei difusa mas inarticulada, gerados, na verdade, pela própria lei que pretensamente desafiaram” (2015, p. 172). Talvez pelo fato de Herculine ser classificada como hermafrodita, sua sexualidade não pode ser regida pelas esferas de poder, assim se torna difícil separar suas características sexuais primárias e sua identidade de gênero. Para Butler, devemos ler o corpo anômalo de

Herculine como: “o signo de uma ambivalência insolúvel, produzida pelo discurso jurídico sobre o sexo unívoco.” (2015), p.174)

O quanto sexo e poder podem estar interligados? Quais as relações entre sexo e poder e como estas relações impõem limites ao livre jogo das categorias sexuais? Além disso, até que ponto este jogo pode ser livre? Herculine refere-se a sua sexualidade como uma “incessante luta entre a natureza e a razão”. Desta forma, nos perguntamos como os jogos de poder enraizados em nossa cultura (razão) interferem nas esferas da sexualidade (natureza)? Segundo Butler, a sexualidade de Herculine “não está fora da lei, mas é a produção ambivalente da lei, em que a própria noção de *proibição* abarca os terrenos psicanalítico e institucional” (2015, p.184). No caso de Herculine, a lei jurídica vigente é maior que a lei empírica que efetua a conversão de seu gênero. Assim “ela/ele está fora da lei, mas a lei abrange este ‘fora’, mantendo-o em seu interior” (2015, p.185). Herculine, desta maneira, encarna a lei não como sujeito autorizado, mas como alguém que encara a lei e como esta produz rebeliões em seu interior que garantem a sua derrota e a dos sujeitos que a ela estão submetidos, assim, “não têm alternativa senão reiterar a lei de sua gênese” (2015, p.185).

O que Butler pretende ao demonstrar essa contradição teórica entre a “História da sexualidade 1” e a introdução dos diários de Herculine escritos por Foucault é que existe uma descontinuidade entre as categorias de sexo/gênero e desejo sexual, desta maneira, uma não depende da outra e o ideal normativo imposto pela ideia de uma sexualidade binária não é tão rígida como parece. Ao que parece, em Foucault, as estruturas de poder e as leis que regem a sexualidade também imperam nas relações entre sexo e gênero, o que Butler percebe no caso de Herculine como um exemplo para algo mais amplo é que nem sempre as estruturas de poder atuam sobre diferentes sujeitos da mesma maneira.

6.2.3 Monique Wittig: desintegração corporal e sexo fictício

Butler abre seu subcapítulo sobre Wittig com a seguinte epígrafe: “A linguagem projeta feixes de realidade sobre o corpo social” (2015, p.193). Esta frase nos diz muito sobre o que virá a seguir pois, para Wittig, a linguagem tem papel fundamental na construção dos sujeitos. Para chegar a este ponto, Butler retoma a celebre de Beauvoir para se perguntar: “Como é que alguém ‘se torna’ de um gênero? Qual é o momento ou mecanismo da construção do gênero?” (2015, p.193). O gênero é fundamental para nosso constructo como seres humanos, parece

assim que um bebê só se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida.

A colocação de Beauvoir de um “tornar-se” parece não fazer sentido se tomarmos o gênero como algo sempre presente, que delimita o que nos qualifica como humanos. O “tornar-se” dá ideia de que gênero poderia ser uma espécie de “pós-escrito”, uma construção cultural que é dada posteriormente. A obra de Beauvoir busca mostrar que “ser mulher” parte de uma construção inserida na cultura e como uma realização cultural esta seria variável, mas ao mesmo tempo ela afirma que uma pessoa nasce com um sexo, que é sexuado, assim, ser sexuado e ser humano são condições coextensivas e simultâneas. O sexo seria imutavelmente um fato dentro da obra de Beauvoir.

Se tomarmos sexo e gênero como distintos não haveria porque pensarmos, por exemplo, que a categoria “mulher” seria relativa apenas ao corpo feminino assim como o seu contrário. Nas palavras de Butler:

Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitadas pela aparente dualidade do sexo. [...] se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade. [...] se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. (2015, p.195)

A teoria de Beauvoir coloca o gênero inerentemente relativo à cultura, assim o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exigiria um novo vocabulário, além daquele que tradicionalmente o limita.

Wittig utiliza da teoria de Beauvoir para afirmar que a categoria de sexo não é nem invariável nem natural, mas sim um uso especificamente político da categoria natureza. Para ela, este uso político da natureza serve para atender aos propósitos da reprodução ou não haveria assim razão para dividir os corpos entre masculino e feminino, sendo essa divisão adequada para as necessidades econômicas da matriz heterossexual. Segundo Wittig, a distinção entre sexo e gênero não seria tão acentuada como a colocada por Beauvoir, pois o próprio sexo traria consigo marcas de gênero.

Haveria uma forma de escapar da divisão sexo/gênero inserida na matriz heterossexual. Para Wittig, a “lésbica” iria além desta divisão binária, pois, segundo ela, “a lésbica não é uma mulher. A mulher, só existe como termo que estabiliza e consolida a relação binária e de oposição ao homem.” (2015, p.196). Desta maneira, a lésbica estaria além das categorias de sexo. Assim, poderíamos dizer que para Wittig: “a pessoa não nasce mulher, ela se torna mulher; e mais, que a pessoa não é do sexo feminino, *torna-se* feminina; ou até, mais radicalmente, que a pessoa pode, se quiser, não se tornar nem homem nem mulher.” (2015, p.196)

O sexo assim, para Wittig, iria além de uma categoria natural, sendo a operação cultural e política que a assegura a heterossexualidade compulsória. Em seu trabalho, o sexo é sempre feminino, pois o masculino, dentro deste sistema, sempre é tido como “universal”, em suas palavras: “A forma abstrata, o geral, o universal é isto que significa o chamado gênero masculino, pois a classe de homens se apropriou da categoria universal para si.⁷²” (WITTIG, 1985, p.79). Segundo ela, ao contrário do sexo masculino, o sexo feminino não implicaria em nenhum outro sexo, implicando apenas a si mesmo. “

O gênero seria o índice linguístico da oposição política entre os sexos e responsável direto pela dominação das mulheres, sendo o gênero a aplicação do sexo dentro das estruturas da linguagem (WITTIG, 1985). Nas palavras de Butler: “o gênero é embutido no sexo, e o sexo mostra ter sido gênero desde o princípio” (2015, p.197). Desta maneira, o sexo seria um sistema de significação que viabiliza a opressão contra aqueles sujeitos que não estão inseridos em seu modelo como, por exemplo, mulheres, gays e lésbicas. Para Wittig, não há a possibilidade de se adotar uma postura reformista ou subversiva contra este sistema, pois “invocar uma parte do sistema é invocá-lo e confirmá-lo em sua totalidade”. (2015, p.197). Apesar de parecer que o sexo seja algo direto, percebido como um dado objetivo da experiência, Wittig coloca que este “foi violentamente modelado” e, por isto, não tomá-lo como neutro seria uma falha naturalizada dentro do sistema. Nas palavras de Butler: “o ‘sexo’ denota um regime epistemológico historicamente contingente, uma linguagem que forma a percepção, modelando à força as inter-relações pelas quais os corpos físicos são percebidos.” (2015, p.199)

⁷² “The abstract form, the general, the universal, this is what the so-called masculine gender means, for the class of men have appropriated the universal for themselves.”

A questão da linguagem, como dito anteriormente, é fundamental na obra de Wittig, pois esta possui o poder de criar “o socialmente real”. Em suas palavras: “A linguagem molda feixes de realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente.⁷³” (1985, p.79). Butler reafirma esta ideia de Wittig: “a linguagem é um conjunto de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como ‘fatos’.” (2015, p.2000). Como um processo de repetição estilizada, a linguagem nos molda como sujeitos e, dentro desta concepção de sujeito, está embutido tanto o sexo como o gênero, assim, tanto “homens” quanto “mulheres” seriam categorias políticas e não fatos naturais. Dentro deste sistema de linguagem “conceitos, categorias e abstrações, [...], podem praticar uma violência material contra os corpos que eles afirmam organizar e interpretar.” (2015, p.201). Mas, segundo Wittig, apesar da linguagem atuar sobre os corpos como causa da opressão sexual, ela também abre a possibilidade de ir para além deste modelo de opressão. Pois devemos entender que os homens não nasceram sob o caráter da universalidade e as mulheres relegadas naturalmente ao particular pois, “o universal foi, e é continuamente, a cada momento, apropriado pelos homens.⁷⁴” (1985, p.80). Segundo Butler, este modelo de dominação “ocorre por meio de uma linguagem que, em sua ação social plástica, cria uma ontologia artificial de segunda ordem, uma ilusão de diferença e disparidade e, conseqüentemente, uma hierarquia que *se transforma* em realidade social. (2015, p.205).

Para Wittig, este sistema linguístico está basilarmente apoiado na matriz da heterossexualidade, assim, a homossexualidade estaria além dos limites impostos por este sistema não sendo condicionada pelas normas da heterossexualidade. Mas o que Wittig não percebe é que mesmo a homossexualidade está inserida dentro da estrutura mais ampla do sistema heterossexual. Segundo Butler, esta distinção proposta por Wittig “entre heterossexualidade e homossexualidade é simplesmente falsa” (2015, p.211).

Por fim, este sistema de linguagem é sustentado por um “contrato heterossexual” algo semelhante ao contrato social proposto tanto por Locke quanto por Rousseau. Apesar da presença de construtos heterossexuais no interior das sexualidades homo, isto não significa que

⁷³ “Language casts sheaves of reality upon the social body, stamping it and violently shaping it.”

⁷⁴ “The universal has been, and is continually, at every moment, appropriated by men.”

estes construtos determinem estas sexualidades. Assim, o objetivo de Wittig é mostrar que a ideia de um corpo natural é um construto e que esta é sempre configurada por uma linguagem impregnada de interesses políticos. Dentro do sistema binário, Wittig não busca protelar o lado masculino em favor do feminino, mas sim, afastar o binário como tal. Assim a importância de Wittig está, além de desintegrar a falsa unidade da categoria sexo, desintegrar também a ideia que temos de indivíduo dentro do cenário político:

Com efeito, a fonte da ação pessoal e política não provém do indivíduo, mas se dá nas e pelas trocas culturais complexas entre corpos nos quais a própria identidade é sempre cambiante, em que a própria identidade é construída, desintegrada e recirculada exclusivamente no contexto de um campo dinâmico de relações culturais. (2015, p.220)

Assim, Wittig vai além questionando a própria categoria de identidade, pelo menos em seu ponto em que esta se liga ao sexo.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo discorrer a respeito da obra de Judith Butler e, principalmente, de como esta entende o conceito de gênero. Segundo Butler, gênero não é um conceito estático e estável. Nem sempre este se constitui de maneira coerente ou consistente dentro de diferentes contextos históricos, sendo tenuamente constituído ao longo do tempo. Isto se dá justamente porque o gênero depende de suas bases relacionais com outras categorias que também fazem parte de nossa constituição como sujeitos. Assim, gênero não pode ser tomado como um substantivo, mas ao mesmo tempo, não pode ser encarado como um conjunto de atributos flutuantes, pois este é produzido e deriva diretamente das práticas que regulam as normas sociais. O gênero age sobre os corpos como uma norma regulatória, mas também é influenciado por outros tipos de regulamentos que regem nossa vida social, não se produzindo sozinho, estando sempre em relação com ou para o outro.

O que caracteriza o gênero é que ele deriva de significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, este corpo que assimila o gênero a partir de uma repetição estilizada de atos. Uma atividade incessante realizada sem se estar sabendo e sem nossa vontade, mas, que ao mesmo tempo, não se dá de forma automática ou mecânica, pois, como dito anteriormente, está regulada pelas normas que regem nossa sociedade. Normas estas que são apreendidas de forma mimética e que vamos incorporando ao longo de nossa formação como sujeitos.

Traçando uma linha entre diversos momentos da vida teórica de Butler, buscamos compreender um pouco sobre a evolução que esta faz dentro dos limites do conceito de gênero. Percebemos assim a radicalidade deste conceito, pois este escapa de todos aqueles limites que buscam contê-lo, nunca existindo de maneira estável, sendo sempre contextual, interseccional e relacional.

Butler hoje está no centro dos holofotes midiáticos em nome de discussões a respeito da validade de seus argumentos, discussões que muitas vezes partem de argumentos religiosos com bases em uma moralidade extremamente conservadora. Sua última visita ao nosso país rendeu um abaixo assinado com mais de 300 mil assinaturas contra a sua vinda e diversas manifestações contra e a favor da filósofa. Apesar de controversa, Butler possui uma obra fundamentada e uma carreira acadêmica extensa contando com 17 livros publicados e quase uma centena de artigos acadêmicos em seus mais de 30 anos de pesquisa (“Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France”, seu primeiro livro, foi publicado em 1987). Pesquisar Butler é

uma tentativa de expurgar a visão quase demonizada que o senso comum tem sobre esta autora e sua obra. Uma obra bastante complexa e repleta de conceitos chaves que tornam sua leitura bastante pesada (a própria Butler em algumas entrevistas se “desculpa” pela forma densa como ela escreve), Butler muitas vezes, parte da premissa que seu leitor tenha conhecimentos a respeito daqueles que ela cita, como, principalmente: Hegel, Lacan, Foucault, Wittig, Kristeva e Irigaray, fazendo com que a leitura de seus textos se torne um pouco enfadonha pela necessidade de sempre ter que se retornar a algum conceito escrito por outro autor.

Com o objetivo de tentar deixar a linguagem de Butler um pouco mais acessível, principalmente no conceito “gênero”, seu conceito mais controverso, este trabalho busca evitar discursos do senso comum e má interpretações da obra da autora. Pesquisar uma autora ainda viva e com uma produção bastante ativa se mostra complicado, pois os conceitos cunhados por ela ainda não se tornaram estáticos estando em constante revisão, mas ao mesmo tempo é gratificante como pesquisador poder ter acesso aos textos em tempo real e ter a certeza de estar falando a mesma linguagem que o seu problema de estudo.

Concluo aqui reafirmando a importância da obra de Butler que, a meu ver, não está tanto em um conceito de verdade atribuído à sua teoria da performatividade de gênero, mas sim no fato desta autora colocar em questão diversos conceitos tidos como dogmáticos em nossa sociedade, repensando as estruturas que regem nossas vidas e buscando cada vez mais uma sociedade em que não precisamos viver com vergonha e com censura, onde possamos viver com liberdade e alegria. O que Butler Busca é uma maior aceitação e compreensão, oferecendo maior reconhecimento a um número cada vez maior de indivíduos. (BUTLER, 2017)

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Mitos e Fatos**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 1 v.

_____. **O Segundo Sexo: A Experiência Viva**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 2 v.

BENHABIB, Seyla. Feminism and Postmodernism: An Uneasy Alliance. In: BENHABIB, Seyla et al. **Feminist Contentions: A Philosophical Exchange**. New York: Routledge, 1995. p. 17-34.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. **Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex**. Yale French Studies, No. 72. Yale University Press, 1986, p. 35-49.

_____. **Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory**. Theatre Journal, Vol. 40, No. 4. (Dez., 1988), p. 519-531.

_____. **Variaciones Sobre Sexo y Género: Beauvoir, Wittig y Foucault**. Valencia, Ediciones Alfons el Maghilm, 1990.

_____. Contingent Foundations: Feminism and the Question of "Postmodernism". In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (Ed.). **Feminists Theorize the Political**. New York: Routledge, 1992. p. 3-21.

_____. **Bodies That Matter**. New York: Routledge, 1993.

_____. For a Careful Reading. In: BUTLER, Judith et al. **Feminist Contentions: A Philosophical Exchange**. New York: Routledge, 1995. p. 127-144.

_____. Performativity's Social Magic in: Richard Shusterman (Editor). **Bourdieu: A Critical Reader**. Critical Readers. Blackwell, 1998.

_____. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** New York: Routledge, 1999.

_____. **Undoing Gender.** New York: Routledge, 2004.

_____. **Performativity, precarity and sexual politics.** Revista de Antropología Iberoamericana. Volume 4, Número 3. Diciembre 2009. Madrid: Antropólogos Iberoamericanos. p.01 - 13.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Que tem medo de falar sobre gênero?.** Tv Boitempo, 2017. P&B. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

ELLIOTT, Anthony. **Psychoanalytic Theory: An Introduction.** Palgrave, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade.** Vol. 1: A vontade desaber. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRASER, Nancy. False Antitheses: A Response to Seyla Benhabib and Judith Butler. In: FRASER, Nancy et al. **Feminist Contentions: A Philosophical Exchange.** New York: Routledge, 1995. p. 59-74.

LOURO, Guarcia Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 2ª ed. Petrópolis: Edições Vozes, 1998.

LYOTARD, Jean-françois. A condição pós-moderna. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACKENZIE, Iain. Identidade, Diferença e Filosofia Política. In: **Política: conceitos-chave em filosofia.** Porto Alegre, 2011, p 151-175.

MACKINNON, Catherine. **Feminism Unmodified: Discourses of Life and Law**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso de gênero na psicologia social. Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2001. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discursos%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2015

NUSSBAUM, Martha. **The Professor of Parody**. New Republic, 2000.

RODRIGUES, Carla. **Butler e a desconstrução do gênero**. Rev. Estud. Fem. vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005. [acesso em 2017 Outubro 28]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lang=pt

_____. **Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler** leitora de J. Derrida. Sex., Salud Soc. (Rio J.) no.10 Rio de Janeiro Apr. 2012. [acesso em 2017 Outubro 28]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000400007&lang=pt

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. In: HANSEN, Karen; PHILIPSON, Ilene (Ed.). **Women, Class, and the Feminist Imagination**. Philadelphia: Temple, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

WITTIG, Monique. **The Mark of Gender**. p.76-89, 1985. Disponível em: <https://www.cirsde.unito.it/sites/c555/files/allegati/22-01-2016/wittig_-_the_mark_of_gender.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2018.